

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prestação de Contas Simplificada 2004



Apresentação	5
Destaques do Período	6
Receitas	6
Despesas	7
Superávit / Déficit Orçamentário	7
Diagrama da Receita e da Despesa	8
Origens e Comprometimento de Recursos Orçamentários	9
De onde vem o dinheiro?	10
Para onde vai o dinheiro?	11
Demonstrativo de Origens e Comprometimento de Recursos	12
Superávit / Déficit Orçamentário	13
Disponibilidade de Caixa	14
Da Receita Orçamentária	15
Receita Prevista X Receita Arrecadada	15
Execução Orçamentária da Receita	17
Composição da Receita Tributária	18
Composição das Transferências Correntes	18
Comportamento da Arrecadação do ISS	19
Comportamento da Arrecadação do IPTU	19
Comportamento da Cota-Parte do ICMS	20
Evolução das Receitas Correntes	21
Evolução das Receitas de Capital	21
Da Despesa Orçamentária	22
Despesa Orçada X Despesa Realizada	22
Execução Orçamentária da Despesa	23
Composição e Evolução da Despesa Corrente	24
Composição e Evolução da Despesa de Capital	25
Despesa por Órgão	26
Despesa por Função de Governo	28
Composição	29
Evolução Anual	30
Participação Percentual	31
Aplicação de Recursos de Programas de Trabalho Relativos a Projetos	33
Limites Máximos e Mínimos Previstos na Legislação	34
Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – 2004	34
Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde – 2004	35
Despesa com Pessoal	36
Demonstrativos Contábeis	37
Introdução	37
Balanço Orçamentário	38
Balanço Financeiro	40
Balanço Patrimonial	41
Disponibilidades	43
Composição da Suficiência de Caixa da Prefeitura	43
Metas Fiscais	44
Demonstrativo Resumido da Receita Corrente Líquida – 2003 e 2004	44
Evolução da Receita Corrente Líquida – 2001 a 2004	44
Resultado Primário – 2003 e 2004	45
Comparativo entre Estimativas da LDO para 2004 e Realização	46
Evolução do Resultado Primário e Resultado Nominal – 2000 a 2004	46
Dívida Consolidada Líquida – 2003 e 2004	47
Evolução da Dívida Consolidada – 1999 a 2004	47
Evolução dos Gastos com Amortização, Juros e Encargos da Dívida – 2003 e 2004	48
Equipe de Elaboração	49

Prestação de Contas Simplificada - Exercício de 2004

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro vem se empenhando para aprimorar continuamente os programas e atividades desenvolvidas pela instituição como um todo. Suas atividades meio e fim, contribuem mutuamente para o desenvolvimento e a prosperidade de nossa municipalidade. Por meio da diversificação das formas de disseminação das contas públicas municipais, se demonstra todo o esforço em promover a transparência da gestão pública responsável, em atender os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e, principalmente, prestar contas ao contribuinte.

Coerentemente com a defesa que se faz da necessidade de transparência no setor público e em atendimento a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro – art. 97, o qual determina que as contas do Município fiquem anualmente à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, a Prefeitura do Rio de Janeiro considera indispensável demonstrar em que se constituem e como se desdobram suas próprias atividades, numa Prestação de Contas Simplificada.

A Prestação de Contas Simplificada enfatiza a necessidade da contabilidade assumir seu papel social, fornecendo informações gerenciais claras, objetivas e adequadas às necessidades do cidadão, promovendo assim a qualidade e o entendimento das informações prestadas.

Este relatório contém características especiais, pois inclui a movimentação e transações sob o comando da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Objetivando à transparência da gestão pública municipal, e utilizando dados extraídos do seu **Sistema de Informações Gerenciais – SIG**, a Controladoria Geral do Município – CGM demonstra de forma simples de onde vêm e como são utilizados os recursos públicos da Cidade do Rio de Janeiro e que tipos de ações e contribuições oferecem à sociedade. Os dados apresentados referem-se aos exercícios de 2000 a 2004. Sob esse aspecto, é fundamental a apresentação de alguns destaques que evidenciem a situação econômica, patrimonial e financeira do Município do Rio de Janeiro.

Com observações, enfatizamos o aspecto da prática efetiva do "accountability", que decorre da obrigatoriedade de prestação de contas, sendo dever dos governos identificar o custo integral de suas ações – incluindo todos os gastos aplicados nas ações do Governo. Não basta transformar o orçamento em um instrumento transparente, quando discutido, de modo legítimo, com a participação da sociedade, se a prestação de contas ao cidadão não for um documento simples e de fácil compreensão.

RECEITAS

- A inflação acumulada no período de janeiro a dezembro de 2004, apurada pelo IPCA-E foi de 7,54%, destacamos este índice pois o mesmo serve de referência para correção de tributos municipais.
- A Receita Total acumulada em 2004 foi de MR\$ 7.822.512; comparada com 2003 (MR\$ 6.991.917), trouxe um incremento nominal da arrecadação de MR\$ 830.595, significando um aumento percentual de 11,88%. As subcategorias que obtiveram maior incremento foram Transferências Correntes, Outras Receitas Correntes e Receitas Tributárias.
- Entre as receitas que mais se destacaram em incremento nominal, temos: Transferências da União (MR\$ 199.205); Cota-Parte ICMS (MR\$ 159.096); ISS (MR\$ 153.499); IPTU (MR\$ 120.447); e Operações de Crédito (MR\$ 101.647).
- Do total das receitas arrecadadas, 97% são Receitas Correntes e os 3% restantes, Receitas de Capital.
- O ISS vem crescendo nominalmente em arrecadação de ano para ano. Todavia, o ritmo de crescimento estava em declínio. Esta situação se alterou de 2003 para 2004, quando houve um crescimento nominal de MR\$ 153.499, que correspondem a uma variação percentual de 13,11%.
- O comportamento da arrecadação do IPTU apresenta, além do crescimento nominal, uma ascendente no comportamento percentual. De 2000 para 2001, o crescimento percentual foi de 7,66%; de 2001 para 2002, de 12,42%; de 2002 para 2003, de 13,64%; e de 2003 para 2004, de 14,69%.
- As Transferências Correntes apresentaram um acréscimo de 19,21% em relação ao ano anterior, onde se destaca o aumento de 264,23% nas Receitas de Convênios, em virtude de repasses recebidos, oriundos de convênios celebrados com a União, destinados as áreas de saúde, educação e assistência social.
- As Receitas de Capital tiveram um decréscimo de 33,39% no exercício de 2004, representando, em valores nominais, (-) MR\$ 128.408. Essa variação deve-se, principalmente, ao Governo do Estado ter quitado sua dívida com o Município no ano de 2003, não havendo formalização de um novo empréstimo. Sendo assim, não ocorreram pagamentos ao município, em 2004, pelo Governo do Estado.

DESPESAS

- No exercício de 2004 o Total da Despesa Empenhada foi de MR\$ 7.493.598. Em relação ao ano anterior, quando totalizou MR\$ 7.226.030, a despesa aumentou MR\$ 267.568 nominalmente ou 3,70%.
- Em 2004, a Despesa Total com Pessoal e Encargos Sociais cresceu 10,22% correspondendo a MR\$ 366.990; mantendo-se dentro dos limites permitidos por lei.
- As despesas com Investimentos cresceram 3,48%, ou seja, MR\$ 24.349.
- Destacamos também a despesa com Amortização da Dívida que cresceu MR\$ 18.786, ou seja, 9,04%, enquanto que as Inversões Financeiras diminuiram MR\$ 255.64, decaindo (-) 87,81%.
- As despesas estão segregadas da seguinte forma: 87% em Despesas Correntes e 13% em Despesas de Capital.
- As Despesas Correntes em 2004 cresceram 7,97%, enquanto que as Despesas de Capital diminuiram 17,73%.
- As despesas efetuadas nas funções de governo “Assistência e Previdência”, “Educação e Cultura”, “Saúde e Saneamento”, “Administração e Planejamento” e “Habitação e Urbanismo” representaram respectivamente 21%, 21%, 20%, 16% e 15% do total da despesa empenhada no exercício de 2004.
- Para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE o limite definido pela Constituição de 1988 é de 25%, entretanto no Município do Rio de Janeiro foram empenhadas despesas que representam 34,09% da receita líquida, atendendo assim o art. 212 da Constituição Federal e a Emenda Constitucional nº 14 de 12/09/1996.

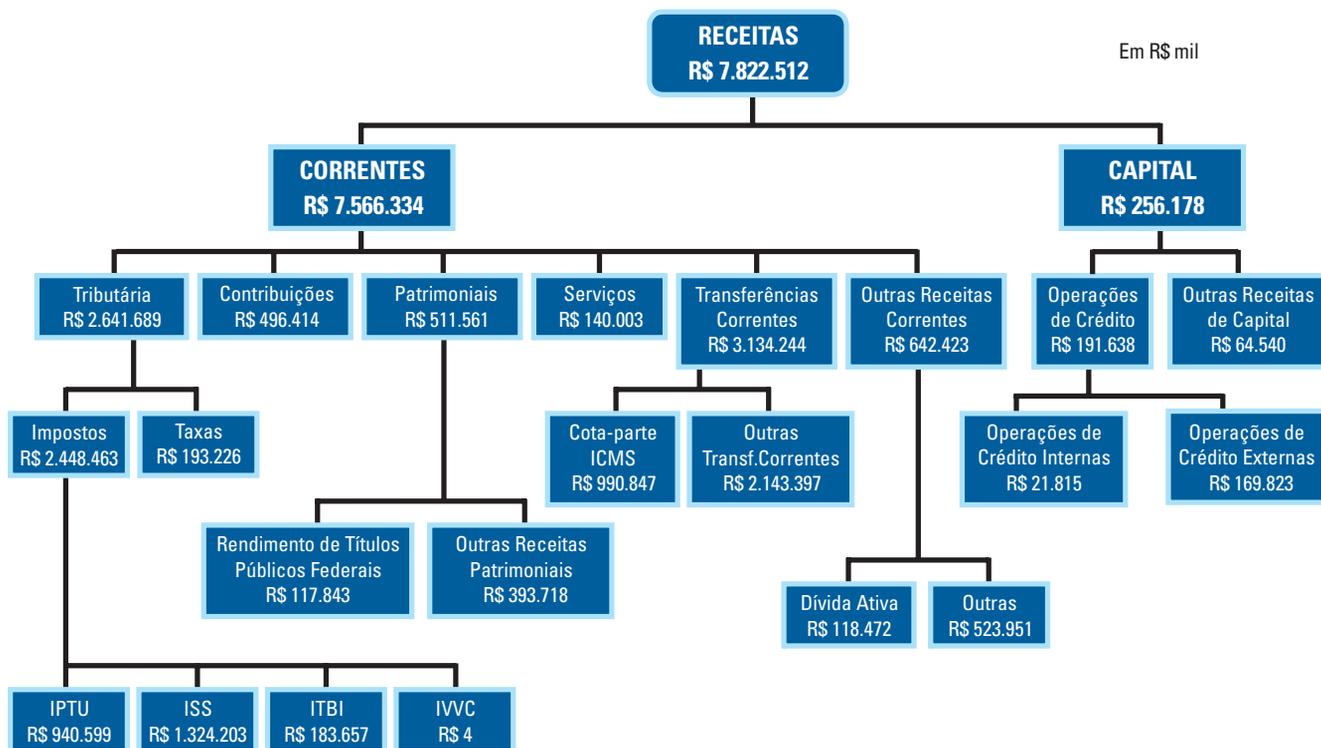
SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

- Confrontando-se a Receita Arrecadada até dezembro de 2004 (MR\$ 7.822.512) com a Despesa Empenhada no mesmo período (MR\$ 7.493.598), apurou-se um Superávit Orçamentário de MR\$ 328.914.
- Em 2000 e 2001, a Prefeitura alcançou superávits orçamentários, enquanto que, em 2002 e 2003, apurou déficits, voltando a apresentar superávit em 2004. Esta alternância entre situações superavitárias e deficitárias não é fator relevante na gestão pública, pois o objetivo do poder público municipal não é apresentar superávits ao longo dos exercícios. A relação entre a Prefeitura e o cidadão enfatiza que os recursos arrecadados na sociedade deverão retornar para a mesma. Dessa forma os déficits apurados encontram-se amparados pelos superávits.
- A Prefeitura terminou o ano com uma disponibilidade financeira no montante de MR\$ 2.383.012, sendo deste total, MR\$ 1.454.105 do regime previdenciário; o que envolve tanto o FUNPREVI quanto o PREVI-RIO; e, os restantes MR\$ 928.907 de todos os outros órgãos da Prefeitura, incluindo o Tesouro.
- Sobre esta disponibilidade pesa o Passivo Financeiro da ordem de MR\$ 932.149, incluindo Restos a Pagar Não Processados, revelando uma suficiência de caixa da ordem de MR\$ 1.450.863.

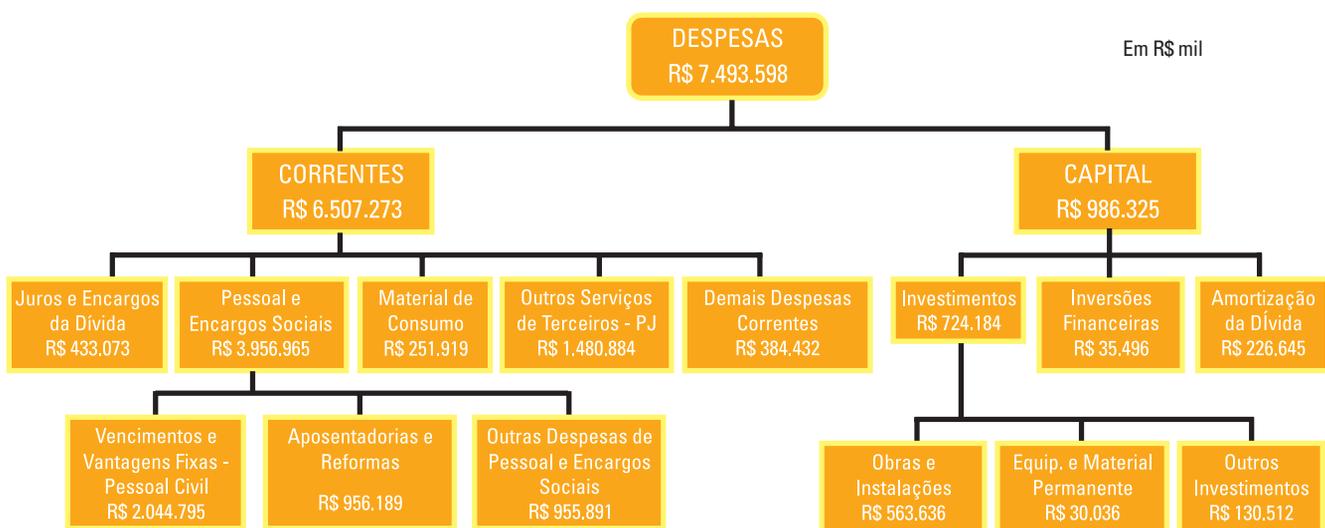
DIAGRAMA DA RECEITA E DA DESPESA

Execução Orçamentária Da Receita Em 2004 - Administração Direta E Indireta

A execução orçamentária do exercício de 2004 considera as Receitas Arrecadadas e as Despesas Empenhadas de todos os órgãos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, incluindo a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.



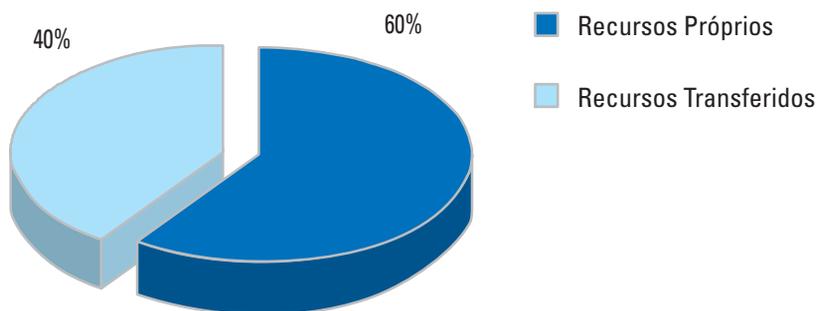
Execução Orçamentária Da Despesa Em 2004 - Administração Direta E Indireta



Nos gráficos a seguir é demonstrado, em percentuais o comportamento das principais fontes de recursos do Município, bem como as aplicações efetuadas por função de governo. O grau de independência financeira do município, ou seja, o quanto as receitas próprias representam do total da receita arrecadada encontra-se na ordem de 60% em 2004. Esta posição alterou-se levemente em relação ao ano de 2003, quando as receitas próprias estavam em 59% do total arrecadado. O que significa que o Município se vale mais de suas próprias fontes do que da transferência de outras esferas de governo e credores.

DE ONDE VEM O DINHEIRO?

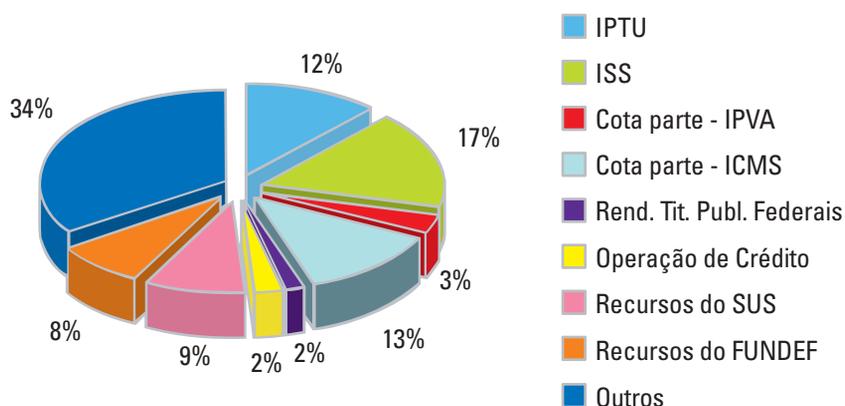
RECEITA POR ORIGEM DE RECURSOS



Receita		
Item	Valor	%
Recursos Próprios	4.680.560	60
Recursos Transferidos	3.141.952	40
Total	7.822.512	100

Em R\$ mil

RECEITA POR RUBRICA

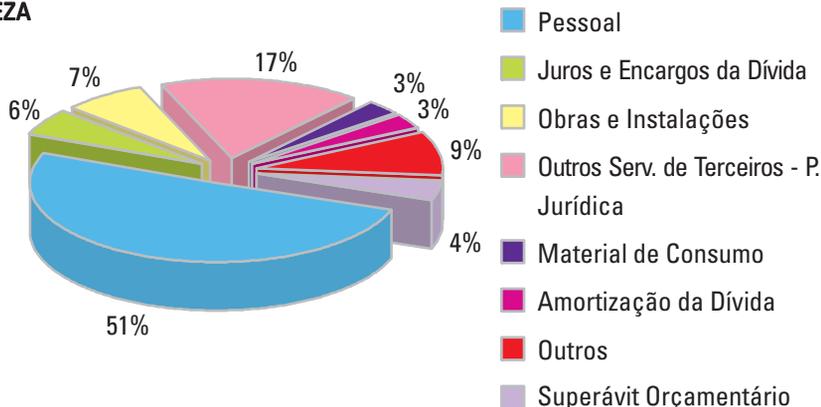


Receita		
Item	Valor	%
IPTU	940.599	12
ISS	1.324.203	17
Cota parte - IPVA	253.167	3
Cota parte - ICMS	990.847	13
Rend. Tit. Publ. Federais	117.843	2
Operação de Crédito	191.638	2
Recursos do SUS	692.046	9
Recursos do FUNDEF	644.698	8
Outros	2.667.471	34
Total	7.822.512	100

Em R\$ mil

PARA ONDE VAI O DINHEIRO?

DESPESA POR NATUREZA

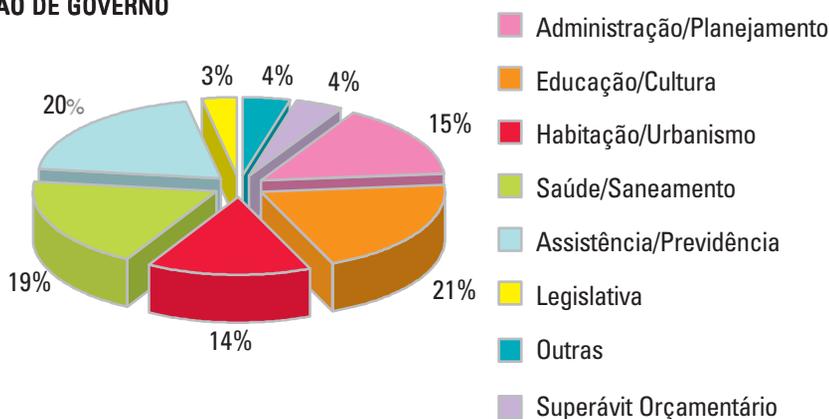


Despesa

Item	Valor	%
Pessoal	3.956.965	51
Juros e Encargos da Dívida	433.073	6
Obras e Instalações	563.636	7
Outros Serv. de Terceiros - P. Jurídica	1.358.928	17
Material de Consumo	251.919	3
Amortização da Dívida	226.645	3
Outros	702.432	9
Superávit Orçamentário	328.914	4
Total	7.822.512	100

Em R\$ mil

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO



Despesa

Item	Valor	%
Administração/Planejamento	1.204.245	15
Educação/Cultura	1.558.005	21
Habituação/Urbanismo	1.131.807	14
Saúde/Saneamento	1.474.623	19
Assistência/Previdência	1.554.288	20
Legislativa	252.128	3
Outras	318.502	4
Superávit Orçamentário	328.914	4
Total	7.822.512	100

Em R\$ mil

Nota: O conceito de despesa na Função Educação e Cultura não é o mesmo utilizado com "Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino" que pode ser acompanhado na página 34.

Demonstrativo de Origens e Comprometimento de Recursos

No quadro abaixo, faz-se uma comparação da Receita Arrecadada (própria e transferida) com a Despesa Empenhada classificada por Função de Governo. As despesas realizadas nas funções de governo representam a atuação da Administração Municipal no desenvolvimento das políticas públicas estabelecidas na Lei de Orçamento.

Do mesmo modo que em 2003, a Função de Governo com maior aplicação nominal em 2004 continuou sendo "Educação e Cultura" representando 20% do total, seguida de "Assistência e Previdência", "Saúde e Saneamento" "Administração e Planejamento" e "Habitação e Urbanismo", respectivamente com 20%, 19%, 15% e 15% do total. Cabe ressaltar que esta participação percentual leva em consideração o total geral (incluindo o superávit) e não só a despesa empenhada.

Deve-se esclarecer que é na função "Administração e Planejamento" que são classificados gastos gerais de custeio e manutenção, bem como encargos e amortização da Dívida Interna e Externa; gastos com Previdência Social de Pensionistas e Inativos, dentre outros.

Receita Arrecadada	Valor	%	Despesa Realizada	Valor	%
Recursos Próprios	4.680.560	60	Educação e Cultura	1.558.005	20
Receita Tributária	2.641.689	34	Assistência e Previdência	1.554.288	20
IPTU	940.599	12	Saúde e Saneamento	1.474.623	19
ISS	1.324.203	17	Administração e Planejamento	1.204.245	15
ITBI	183.657	2	Habitação e Urbanismo	1.131.807	15
Outras Receitas Tributárias	193.230	3	Legislativa	252.128	3
Rend. Títulos Públicos Federais	117.843	2	Outras Funções	318.502	4
Operações de Crédito	191.638	2	Defesa Nacional e Segurança Pública	118.185	2
Outras Recursos Próprios	1.729.390	22	Indústria, Comércio e Serviços	78.749	1
Recursos Transferidos	3.141.952	40	Transportes	72.283	1
Sistema Único de Saúde - SUS	692.046	9	Judiciária	35.414	0
FUNDEF	644.698	8	Trabalho	13.871	0
Cota-parte IPVA	253.167	3			
Cota-parte ICMS	990.847	13			
Outros Recursos Transferidos	561.194	7			
Total da Receita	7.822.512	100	Total da Despesa	7.493.598	96
Déficit Orçamentário	0	0	Superávit Orçamentário	328.914	4
Total Geral	7.822.512	100	Total Geral	7.822.512	100

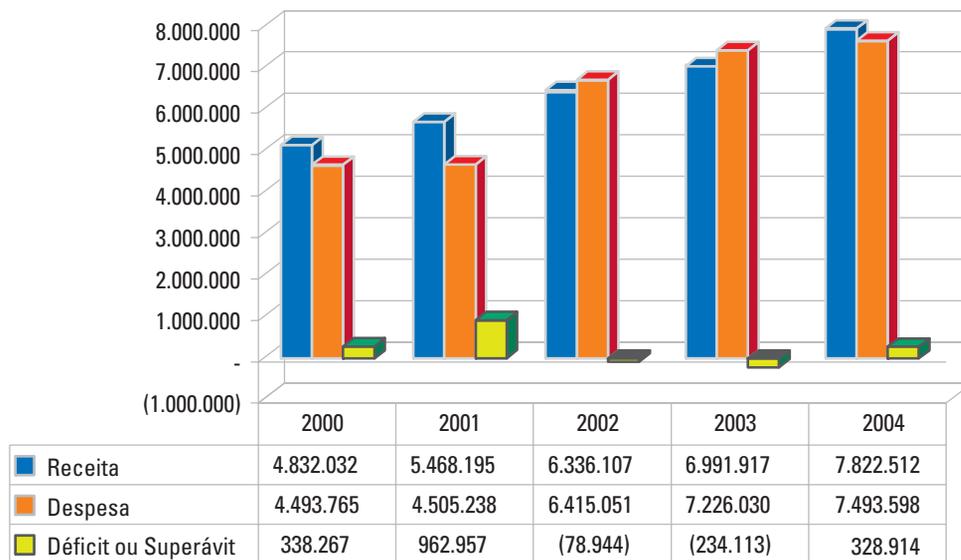
Em R\$ mil

Superávit/Déficit Orçamentário

Confrontando-se a Receita Arrecadada até dezembro de 2004 (MR\$ 7.822.512) com a Despesa Empenhada (MR\$ 7.493.598) no mesmo período, apurou-se um Superávit Orçamentário de MR\$ 328.914.

Em 2000 e 2001, a Prefeitura apurou superávits, enquanto que, em 2002 e 2003, apurou déficits, voltando a apresentar superávit em 2004. Esta alternância entre situações superavitárias e deficitárias não é fator relevante na gestão pública, pois o objetivo do poder público municipal não é apresentar superávits ao longo dos exercícios. A relação entre a Prefeitura e o cidadão enfatiza que os recursos arrecadados na sociedade deverão retornar para a mesma. Dessa forma os déficits apurados encontram-se amparados pelos superávits.

EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

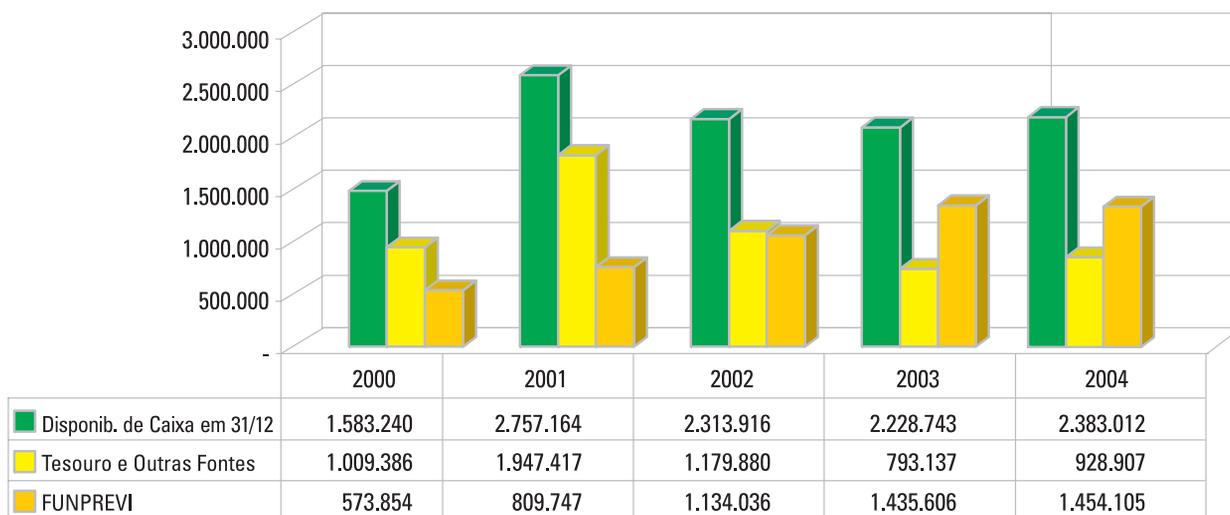


Em R\$ mil

Disponibilidade de Caixa

A Prefeitura terminou o ano com uma disponibilidade financeira no montante de MR\$ 2.383.012, sendo deste total, MR\$ 1.454.105 do regime previdenciário; o que envolve tanto o FUNPREVI quanto o PREVI-RIO; e, os restantes MR\$ 928.907 de todos os outros órgãos da Prefeitura, incluindo o Tesouro.

EVOLUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA



Em R\$ mil

O art. 11 da Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação da Receita Orçamentária nas categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital.

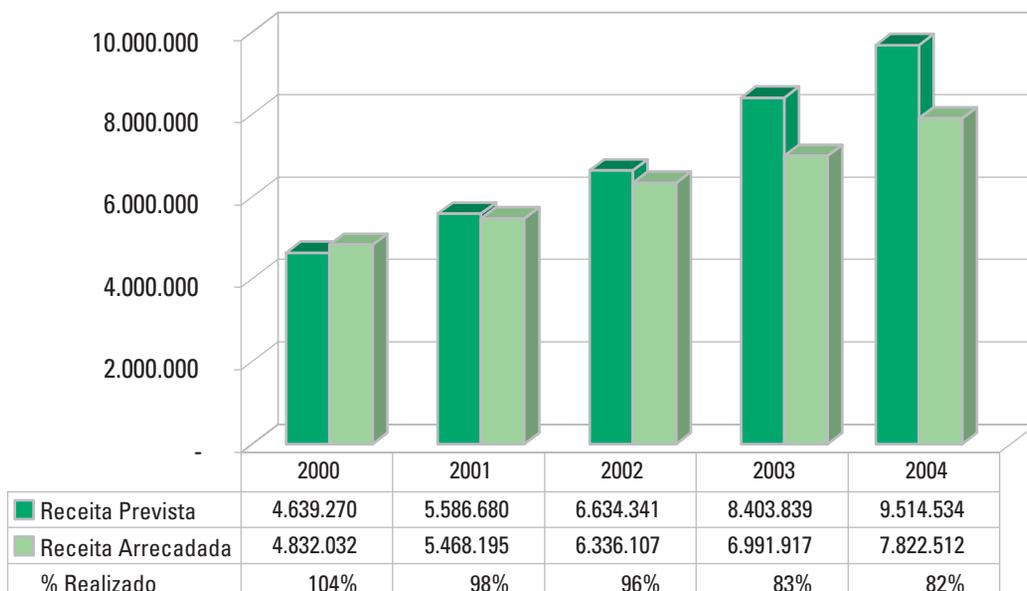
São Receitas Correntes as receitas tributárias, de contribuições, serviços, industriais, patrimonial, transferências correntes e outras receitas correntes. São Receitas de Capital as provenientes de recursos oriundos das operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos e outras receitas de capital.

A Receita Orçamentária Total, nos exercícios de 2000 a 2004 é apresentada no quadro abaixo. Podemos observar que em 2004 a receita arrecadada totalizou MR\$ 7.822.512, inferior em MR\$ 1.692.021 ao valor previsto de MR\$ 9.514.534, correspondente a (-) 18%.

Comparando os resultados entre os exercícios de 2003 e 2004, notamos em ambos uma elevada queda na expectativa de realização da receita (17% e 18%, respectivamente). O quadro mostra a constante queda dessa expectativa desde o exercício de 2001.

A maior parte das receitas do Município é oriunda de tributos (impostos e taxas) e transferências correntes (cota-parte do ICMS e IPVA, FUNDEF, FPM, etc.), que juntas representam 74% do total arrecadado, sendo 34% de receita tributária e 40% de transferências correntes.

RECEITA PREVISTA X RECEITA ARRECADADA



Em R\$ mil

Na tabela a seguir é apresentada a arrecadação da receita nos cinco últimos exercícios, bem como seus percentuais de participação em relação ao todo. Observa-se que o Total das Receitas atingiu em 2004 MR\$ 7.822.512 que, comparado com 2003, apresentou um aumento de MR\$ 830.595, o que significa um acréscimo percentual de 11,88%.

Esse crescimento nominal teve como principais responsáveis: Transferência Corrente da União (MR\$199.205); Cota-Parte do ICMS (159.096); ISS (MR\$ 153.499); IPTU (MR\$ 120.447); Operações de Crédito Externas (MR\$ 86.090).

Entre as variações percentuais, destacamos: Convênios (264,26%); Operações de Crédito (112,95%); Receita de Contribuições (21,29%); Transferências Corrente da União (20,99%); Transferências Correntes do Estado (18,50%); Taxas (16,63%); Impostos (13,16%) e Receitas de Serviços (12,15%).

As Operações de Créditos aumentaram principalmente devido às liberações de parcelas dos contratos em vigor, não ocorrendo nenhum novo contrato.

A Receita Tributária em 2004, obteve um crescimento nominal de MR\$ 312.204, representando uma variação positiva de 13,40%. O crescimento ficou acima da inflação acumulada no período, tendo os Impostos variado 13,16% e as Taxas 16,63%. Nas Receitas Patrimoniais, houve uma redução nominal de MR\$ 299.566, ou (-) 36,93%.

Observando o grupamento das Transferências Correntes, nota-se um crescimento nominal de MR\$ 505.053, ou 19,21%.

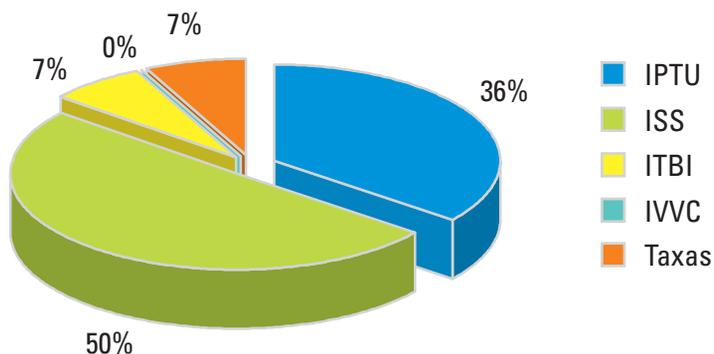
A soma das Receitas Correntes corresponde a 97%, e os restantes 3% correspondem as Receitas de Capital.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

CATEGORIAS ECONÔMICAS	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%
TOTAL DAS RECEITAS	4.832.032	100	5.468.194	100	6.336.108	100	6.991.917	100	7.822.512	100
RECEITAS CORRENTES	4.598.552	95	5.338.286	97	6.055.602	96	6.607.331	94	7.566.334	97
Receita Tributária	1.770.128	37	1.933.491	35	2.149.332	34	2.329.485	33	2.641.689	34
Impostos	1.636.469	34	1.796.722	33	1.999.780	32	2.163.812	31	2.448.463	31
<i> IPTU</i>	596.290	12	641.960	12	721.695	11	820.152	12	940.599	12
<i> ISS</i>	909.314	19	1.021.613	19	1.107.995	18	1.170.704	17	1.324.203	17
<i> ITBI</i>	130.750	3	133.103	2	170.090	3	172.957	2	183.657	2
<i> IVVC</i>	115	0	45	0	-	-	-	-	4	0
Taxas	133.660	3	136.769	2	149.552	2	165.673	2	193.226	3
Receita de Contribuições	170.837	3	110.560	2	323.933	5	409.271	6	496.414	6
Receita Patrimonial	197.598	4	652.106	12	679.280	11	811.127	11	511.561	7
Renda de Aplicações Financeiras	87.173	2	612.221	11	278.641	4	430.157	6	308.488	4
Rendimentos de Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	355.095	6	288.884	4	117.843	2
Outras Receitas Patrimoniais	110.425	2	39.885	1	45.545	1	92.086	1	85.230	1
Receita de Serviços	71.201	1	104.365	2	108.158	2	124.836	2	140.003	2
Transferências Correntes	2.110.592	44	2.294.392	42	2.471.656	39	2.629.191	38	3.134.244	40
da União	765.645	16	806.556	15	881.650	14	949.006	14	1.148.211	15
do Estado	901.478	19	998.982	18	1.053.402	17	1.113.971	16	1.320.976	17
<i> Cota-Parte ICMS</i>	709.306	15	768.985	14	795.424	13	831.751	12	990.847	13
<i> Cota-Parte IPVA</i>	164.134	3	192.719	3	215.260	3	226.900	3	253.167	3
<i> Outros</i>	28.039	1	37.278	1	42.718	1	55.319	1	76.962	1
de Convênios	19.985	0	17.785	0	14.147	0	5.315	0	19.359	0
Outras Transferências Correntes	423.484	9	471.067	9	522.457	8	560.900	8	645.698	8
Outras Receitas Correntes	278.194	6	243.373	4	323.243	5	303.420	4	642.423	8
RECEITA DE CAPITAL	233.480	5	129.909	3	280.506	4	384.586	6	256.178	3
Operações de Crédito	145.389	3	93.307	2	78.438	1	89.991	1	191.638	2
Outras Operações de Créditos Internas	48.735	1	29.277	1	32.039	0	6.258	0	21.815	0
Operações de Crédito Externas	96.654	2	64.031	1	46.399	1	83.733	1	169.823	2
Outras Receitas de Capital	88.091	2	36.602	1	202.068	3	294.595	4	64.540	1

Em R\$ mil

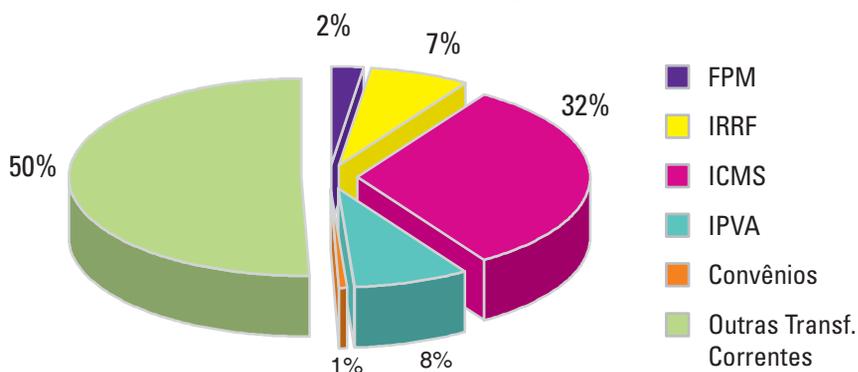
COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA EM 2004



Categoria Econômica	Receita Realizada	Receita Tributária	Receita Corrente	Total
IPTU	940.599	36%	14%	12%
ISS	1.324.203	50%	20%	17%
ITBI	183.657	7%	3%	2%
IVVC	4	0%	0%	0%
Taxas	193.226	7%	3%	3%
Receita Tributária	2.641.689	100%	40%	34%

Em R\$ mil

COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA EM 2004

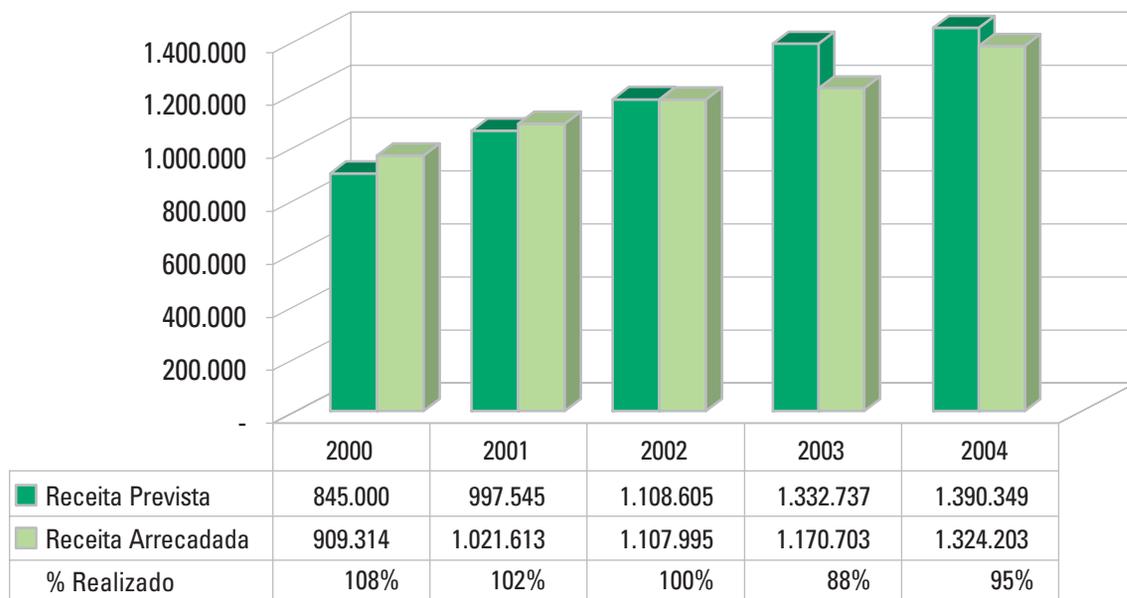


Categoria	Receita Realizada	Transferências Correntes	Receita Corrente	Total
FPM	72.408	2%	1%	1%
IRRF	217.538	7%	3%	3%
ICMS	990.847	32%	13%	13%
IPVA	253.167	8%	3%	3%
Convênios	19.359	1%	0%	0%
Outras Transf.	1.580.925	50%	21%	20%
Transf. Correntes	3.134.244	100%	41%	40%

Em R\$ mil

A receita de ISS continua se configurando a principal receita tributária do Município. O peso da Receita de ISS no Total das Receitas continua sendo de 17%, e da mesma forma, sua participação na Receita Tributária repetiu os 50% do exercício anterior. A seguir pode-se acompanhar a evolução da arrecadação do ISS nos cinco últimos exercícios.

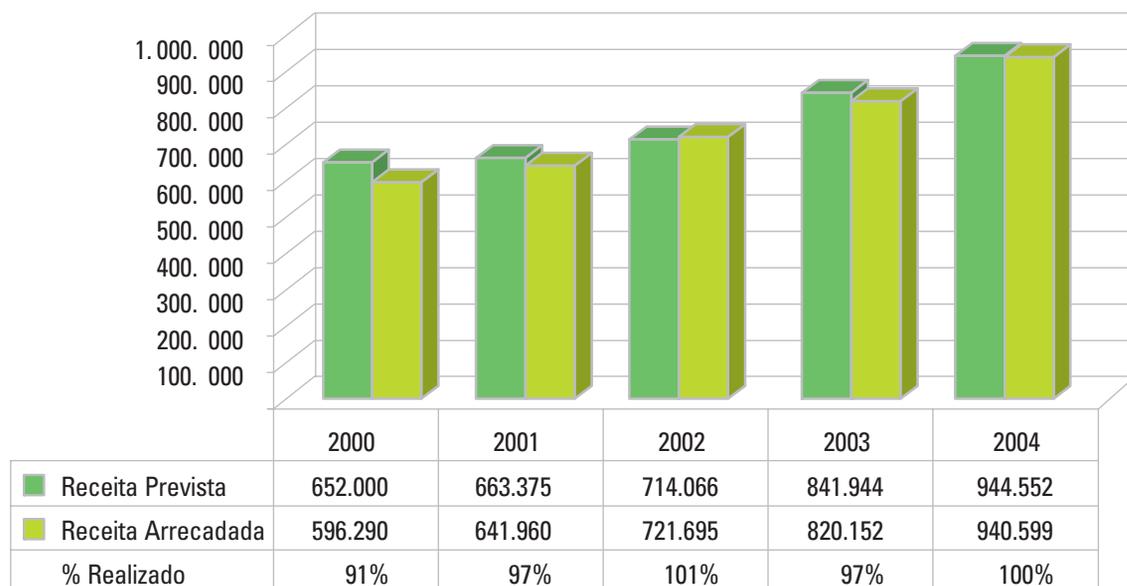
COMPORTAMENTO DA ARRECAÇÃO DO ISS



Em R\$ mil

Dentro das Receitas Tributárias, o IPTU desponta como a segunda maior fonte, representando 12% da receita total e 36% da receita tributária do Município. O comportamento da arrecadação do IPTU nos cinco últimos exercícios é apresentado a seguir.

COMPORTAMENTO DA ARRECAÇÃO DO IPTU



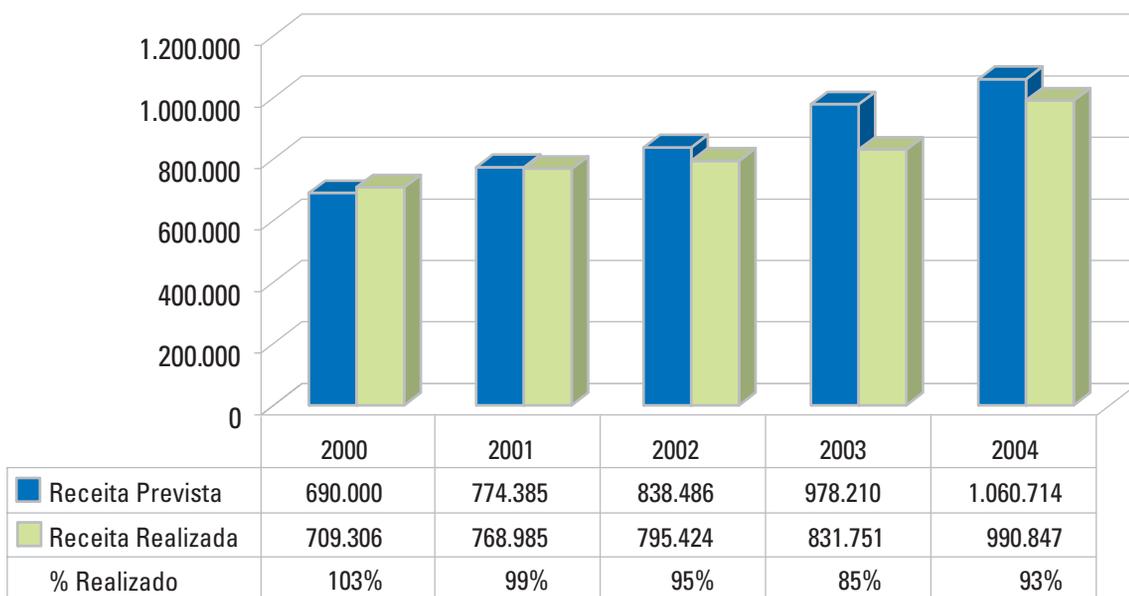
Em R\$ mil

Dentre as Transferências Correntes, tem merecido destaque a Cota-parte do ICMS que, representa 13% das receitas totais. Houve um incremento nominal de MR\$ 159.096 correspondente a 19,13%.

Deve-se esclarecer que foi instituída em 2002, por Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional, a classificação DEDUÇÃO DA RECEITA, que tem como origem às retenções para o FUNDEF. Ocorre que até 2001 a demonstração do ICMS era baseada em valores brutos, ou seja, não se fazia o expurgo desta retenção. Dessa forma, para que pudesse haver uma comparabilidade entre os últimos cinco anos, baseada nessa nova conceituação, foi necessário confeccionar dois quadros apresentando estas duas visões: Uma sob o conceito de Receita Bruta e outra sob o conceito de Dedução p/FUNDEF.

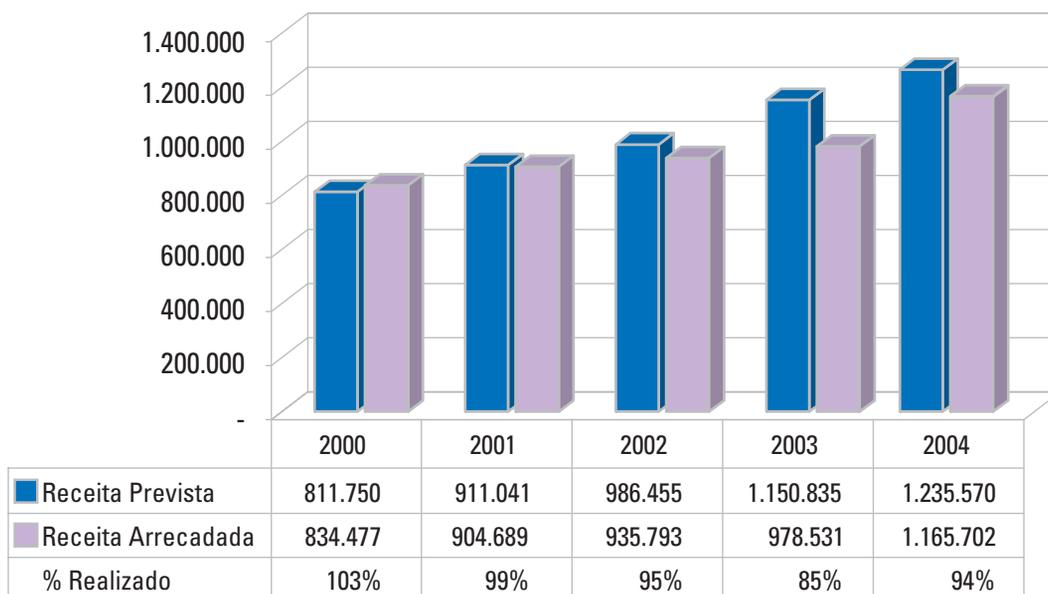
Dessa forma, a comparabilidade é mantida em ambos os quadros, permitindo assim, uma melhor análise por parte do leitor.

COMPORTAMENTO DA COTA-PARTE DO ICMS – TABELA SOB O CONCEITO DE DEDUÇÃO PARA O FUNDEF



Em R\$ mil

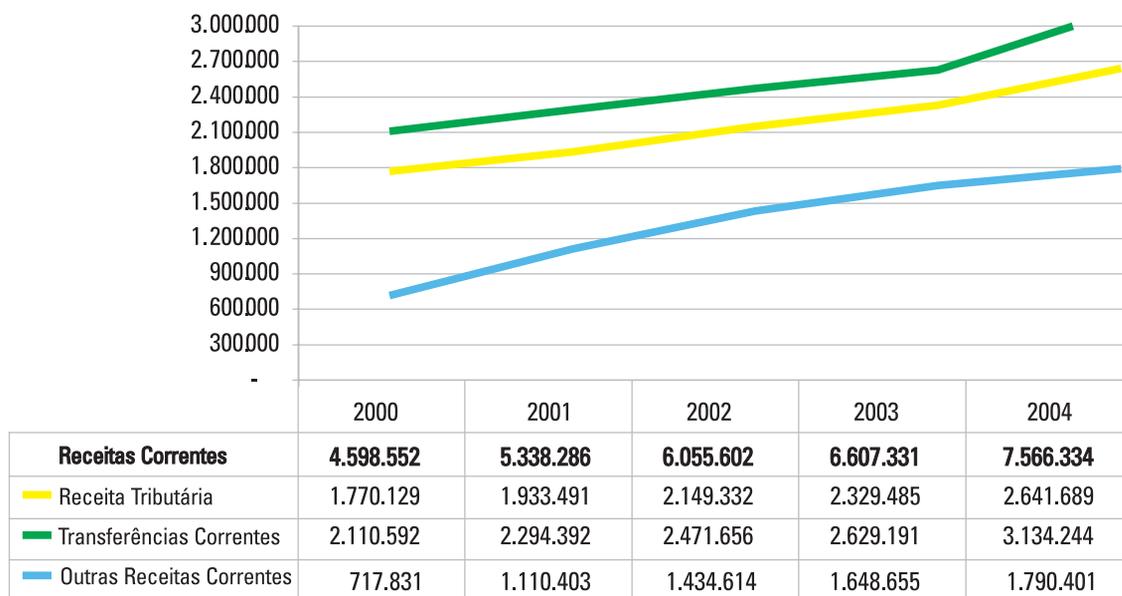
COMPORTAMENTO DA COTA-PARTE DO ICMS – TABELA SOB O CONCEITO DE RECEITA BRUTA



Em R\$ mil

A apresentação em gráfico, demonstra de forma bem clara, o comportamento das Receitas Correntes ao longo do tempo. A receita corrente total vem apresentando comportamento constante de crescimento e, no exercício de 2004, houve um crescimento percentual acima da inflação.

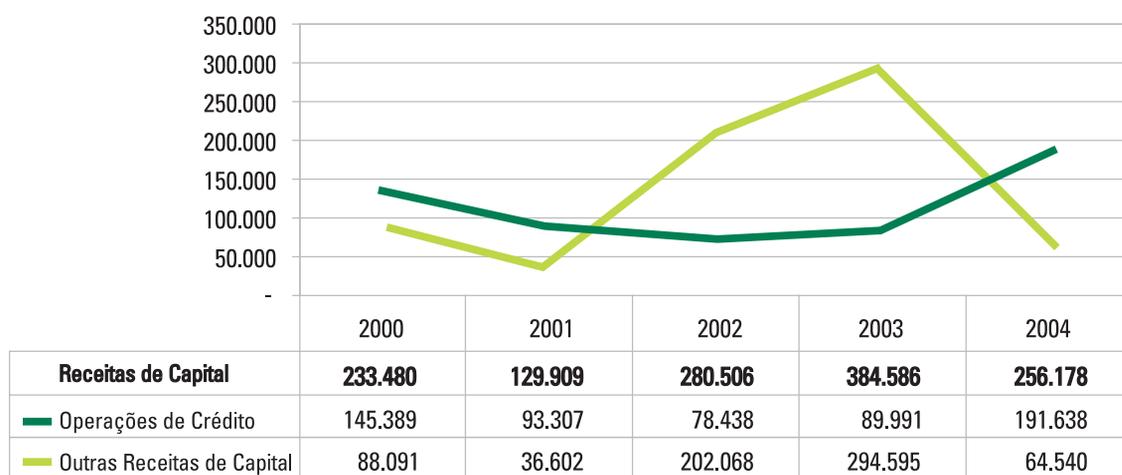
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES



Em R\$ mil

O gráfico a seguir apresenta a evolução das Receitas de Capital, subdividido em Operações de Crédito e outras.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL



Em R\$ mil

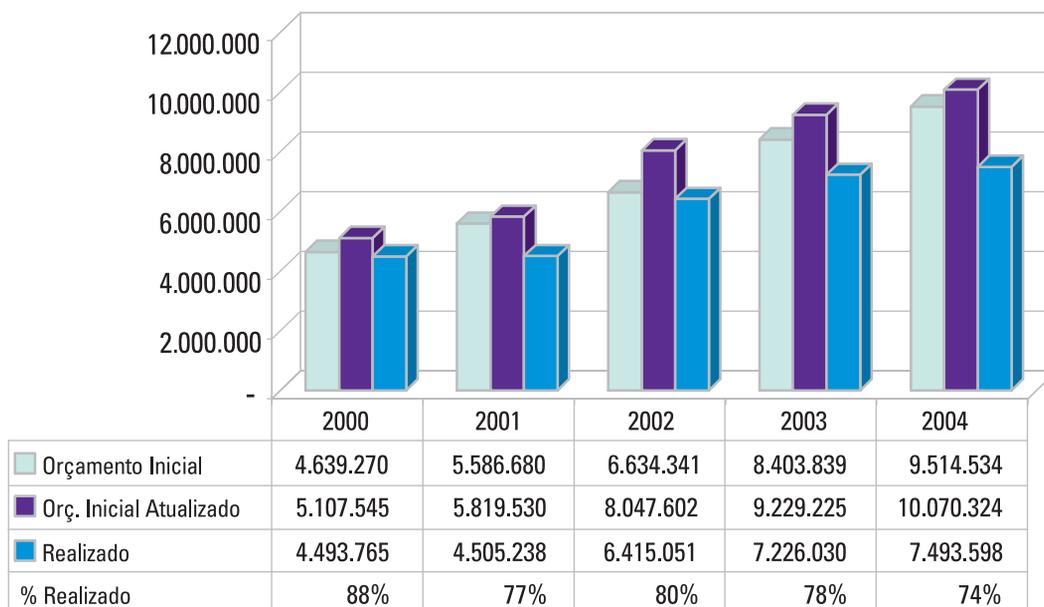
A Lei Federal nº 4.320/64 estabelece a classificação da Despesa Orçamentária nas categorias econômicas Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As Despesas Correntes constituem o grupo de despesas operacionais realizadas pela Administração Pública a fim de promover a execução, manutenção e o funcionamento de suas atividades.

As Despesas de Capital constituem o grupo de despesas com intenção de adquirir ou construir bens de capital, capazes de gerar novos bens ou serviços. Também são classificadas como Despesas de Capital as amortizações das dívidas interna e externa.

A Despesa Orçamentária Total do exercício de 2004 está apresentada no quadro abaixo. Podemos observar que a despesa empenhada totalizou MR\$ 7.493.598, muito inferior aos MR\$ 10.070.324 do orçamento atualizado, sendo a diferença de MR\$ 2.576.726 correspondente a (-) 25,6%.

DESPESA ORÇADA X DESPESA REALIZADA



Em R\$ mil

A seguir é apresentado o quadro resumo das despesas orçamentárias por categoria econômica nos exercícios de 2000 a 2004. Ao compararmos a despesa total empenhada de 2004 com a de 2003, verifica-se um aumento de R\$ 267.568, representando uma variação de 3,7%.

A Despesa Ordinária (somatório das Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras), representou 96,98% do total das despesas orçamentárias do exercício de 2004, patamar semelhante ao observado no exercício de 2003 (97,12%).

Houve um incremento em valores nominais nas despesas correntes da ordem de 7,97%. Nesta categoria econômica, o maior acréscimo ocorreu em Pessoal e Encargos Sociais que variaram 10,22%. Já em Material de Consumo, houve um decréscimo de 15%.

Sendo assim, a participação das Despesas Correntes no total das despesas aumentou para 87% no ano de 2004 (em 2003 foi de 83%) e, conseqüentemente, a participação das Despesas de Capital caiu para 13% (em 2003 foi de 17%).

Dentro das Despesas de Capital os Investimentos cresceram 3,48% e Amortização da Dívida 9,04%. Na natureza de Inversões Financeiras houve um significativo decréscimo de 87,81%, devido à não aquisição de Títulos de Créditos, além de uma redução na aquisição de imóveis em 2004.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

CATEGORIAS ECONÔMICAS	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%
TOTAL DAS DESPESAS	4.493.765	100	4.505.238	100	6.415.051	100	7.226.030	100	7.493.598	100
DESPESAS CORRENTES	4.029.044	90	4.069.644	90	5.443.226	85	6.027.199	83	6.507.273	87
Pessoal	2.195.606	49	2.376.376	53	3.094.956	48	3.589.975	50	3.956.965	53
Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.165.794	26	1.306.991	29	1.547.094	24	1.836.968	26	2.044.795	27
Inativos	610.477	14	667.670	15	779.612	12	877.795	12	956.189	13
Outras Desp. de Pessoal e Enc. Sociais	419.335	9	401.715	9	768.250	12	875.212	12	955.981	13
Juros e Encargos da Dívida	292.557	6	251.292	5	382.601	6	428.926	6	433.073	6
Material de Consumo	207.189	5	190.508	4	269.551	4	296.377	4	251.919	3
Outras Despesas Correntes	1.333.692	30	1.251.468	28	1.696.118	27	1.711.921	23	1.865.316	25
DESPESAS DE CAPITAL	464.721	10	435.594	10	971.825	15	1.198.831	17	986.325	13
Investimentos	340.658	7	293.898	7	640.604	10	699.835	10	724.184	10
Obras e Instalações	281.009	6	236.258	5	534.432	8	522.469	7	563.636	8
Equipamentos e Material Permanente	37.150	1	29.656	1	62.224	1	36.022	1	30.036	0
Outros Investimentos	22.499	0	27.984	1	43.948	1	141.344	2	130.512	2
Inversões Financeiras	48.406	1	18.958	0	166.645	3	291.137	4	35.496	0
Amortização da Dívida	75.657	2	122.738	3	164.576	2	207.859	3	226.645	3

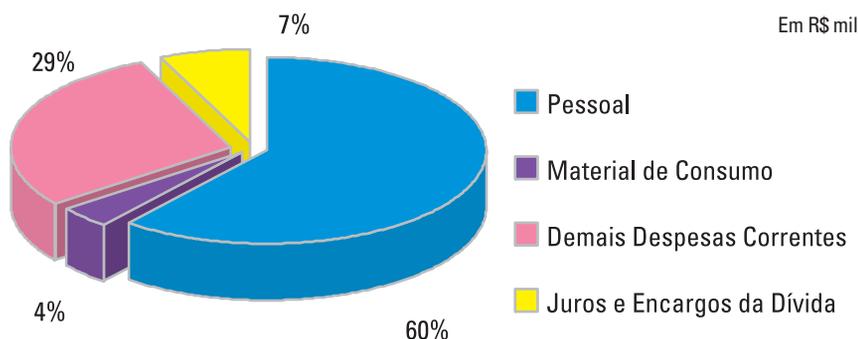
Em R\$ mil

A comparação através dos anos entre os grupos de Despesas Correntes deve ser observada com reservas, haja vista a reclassificação orçamentária de algumas despesas em virtude da alteração no classificador de despesas que decorreu da mudança de conceituação e codificação das naturezas de despesas efetuada pela Portaria Interministerial nº 163/2001. Assim, algumas despesas que, em 2001, eram classificadas como "Outros Custeios" ou "Transferências a Pessoas" (inativos, por exemplo) passaram a ser classificadas a partir de 2002 como "Pessoal e Encargos Sociais".

A natureza de Pessoal correspondeu a 60% das Despesas Correntes em 2004, mesmo percentual do exercício anterior. Deve-se ressaltar que a participação percentual desta despesa na Receita Corrente Líquida está enquadrada rigidamente nos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, como pode-se acompanhar na página 36.

COMPOSIÇÃO DA DESPESA CORRENTE

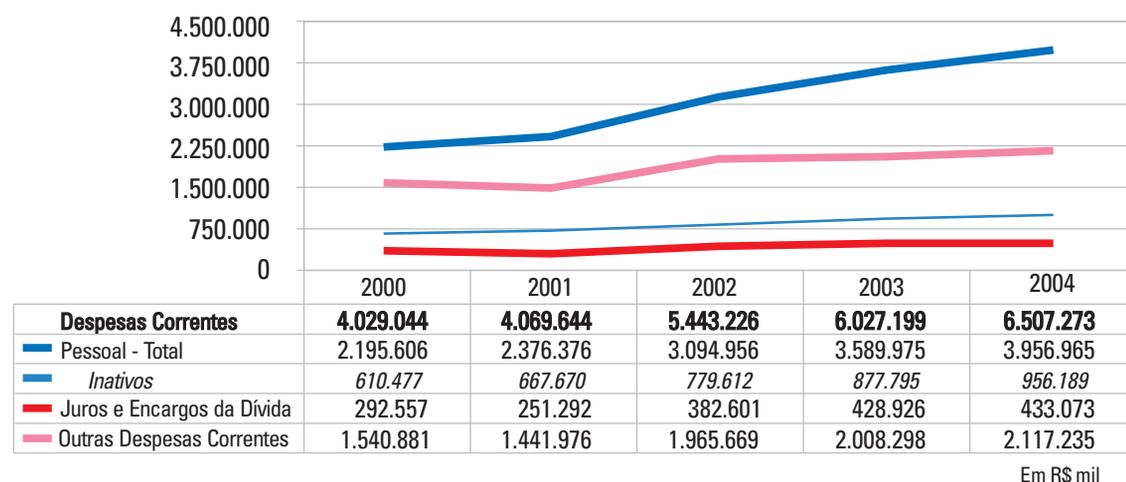
VALORES 2004	% PARTICIPAÇÃO NA DESPESA		
CATEGORIA	DESPESA REALIZADA	DESPESA CORRENTE	TOTAL
Pessoal	3.956.965	60%	53%
Material de Consumo	251.919	4%	3%
Demais Despesas Correntes	1.865.316	29%	25%
Juros e Encargos da Dívida	433.073	7%	6%
DESPESA CORRENTE	6.507.273	100%	87%
TOTAL	7.493.598		100%



Analisando o gráfico abaixo, é possível verificar que o crescimento em ritmo constante da despesa com inativos, demonstra que, salvo qualquer influência externa abrupta, espera-se comportamento similar em exercícios futuros.

Na despesa de Pessoal, observa-se a maior curva de crescimento. Tal fato deve-se a adoção, em 2001, do IPCA-E como índice de correção dos vencimentos da Administração Municipal, portanto ficando esta despesa atrelada indiretamente ao comportamento da inflação.

EVOLUÇÃO DA DESPESA CORRENTE

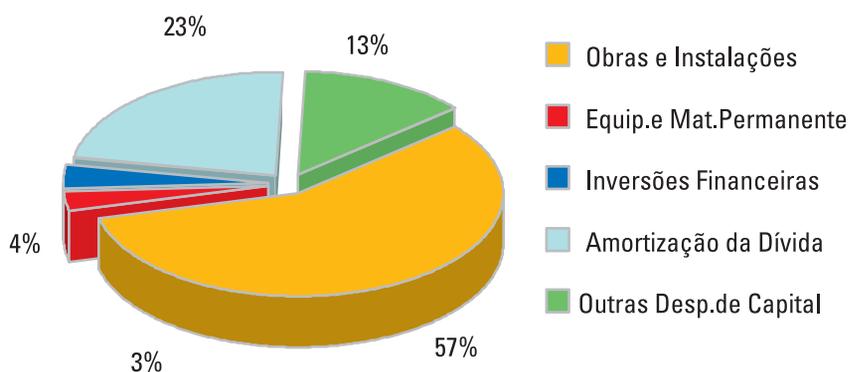


Nas Despesas de Capital em 2004, houve uma redução total de MR\$ 212.506 em relação a 2003, o que representa uma variação percentual de 17,73%. Em valores nominais houve incremento nas categorias "Obras e Instalações" e "Amortização da Dívida" em MR\$ 41.167 e MR\$ 18.786, respectivamente, correspondendo a 7,88% e 9,04%. Na categoria "Inversões Financeiras" houve uma diminuição em valores nominais de MR\$ 255.641, correspondente a 87,81 % em relação ao ano de 2003, devido à não aquisição de Títulos de Créditos além de, uma redução na aquisição de imóveis em 2004.

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL

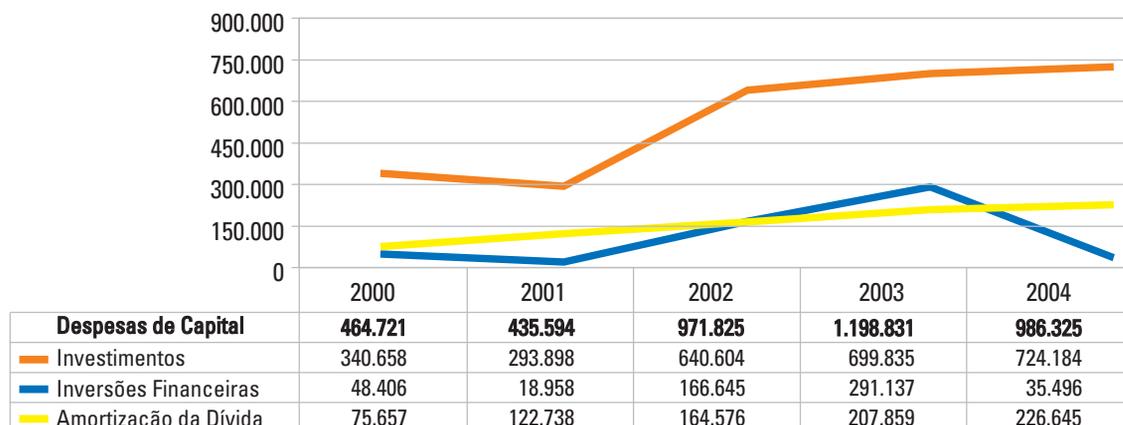
VALORES	2004	% PARTICIPAÇÃO NA DESPESA	
CATEGORIA	DESPESA REALIZADA	DESPESA CAPITAL	TOTAL
Obras e Instalações	563.636	57%	8%
Equip.e Mat.Permanente	30.036	3%	0%
Inversões Financeiras	35.496	4%	0%
Amortização da Dívida	226.645	23%	3%
Outras Desp.de Capital	130.512	13%	2%
DESPESA CAPITAL	986.325	100%	13%
TOTAL	7.493.598		100%

Em R\$ mil



O gráfico abaixo mostra com nitidez o crescimento das despesas nas categorias "Investimentos" e "Amortização da Dívida" e diminuição em "Inversões Financeiras".

EVOLUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL



Em R\$ mil

Despesa por Órgão

A Administração Municipal é composta pelos Poderes Legislativo e Executivo. Divide-se o Poder Executivo entre órgãos da Administração Direta e Administração Indireta podendo estes ser gerencialmente classificados como Atividades Meio ou Atividades Fim.

Além destes órgãos, existem os Encargos Gerais do Município, onde são classificadas as despesas que não são possíveis de serem alocadas em apenas um órgão, como por exemplo, as despesas de iluminação pública, amortização da dívida pública, entre outras.

Na tabela a seguir é apresentada a despesa total empenhada de todos os órgãos existentes na estrutura municipal no decorrer do ano de 2004. Dentre os que atingiram maiores variações nominais positivas, estão: Funprevi (MR\$ 113.351); Secretaria Municipal de Educação (MR\$ 88.375); Secretaria Municipal de Saúde (MR\$ 51.065) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente (MR\$ 29.930).

Em contra partida, os órgãos que tiveram maiores reduções nominais no exercício de 2004 foram: Gabinete do Prefeito (MR\$ (-) 9.158); Secretaria Municipal do Trabalho (MR\$ (-) 8.587); Cet Rio (MR\$ (-) 7.712); Fundação Parques e Jardins (MR\$ (-) 7.592); Rio Filme (MR\$ (-) 7.466) e Rio Águas (MR\$ (-) 7.248).

DESPESA POR ÓRGÃO

ÓRGÃOS	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%
PODER LEGISLATIVO	164.344	4	172.730	4	207.678	3	233.392	3	252.128	3
Câmara Municipal	123.265	3	129.451	3	159.212	2	172.348	2	192.404	2
Tribunal De Contas	41.079	1	43.279	1	48.466	1	61.044	1	59.724	1
PODER EXECUTIVO	4.329.421	96	4.332.508	96	6.207.373	97	6.992.638	97	7.241.470	97
Atividade : Fim	2.738.795	61	2.751.835	62	3.946.125	61	4.326.628	60	4.579.557	61
Adm Direta	1.961.571	44	2.009.435	45	2.940.108	45	3.302.273	46	3.535.539	47
Sec.Mun.Cultura	12.486	0	22.017	0	31.270	1	29.698	0	38.057	0
Sec.Mun. Desenvolvimento Social	45.232	1	47.869	1	74.644	1	117.808	2	113.604	2
Sec.Mun. Educação	636.298	14	703.178	16	1.019.018	16	1.196.685	17	1.285.060	17
Sec.Mun. Habitação	160.293	4	124.027	3	205.155	3	174.917	3	200.539	3
Sec.Mun. Meio Ambiente	26.711	1	23.989	1	78.104	1	40.523	1	70.453	1
Sec.Mun. Obras	140.972	3	115.940	3	194.389	3	158.692	2	181.998	2
Sec.Mun. Saúde	868.895	19	916.184	20	1.229.597	19	1.411.763	20	1.462.828	20
Sec.Mun. Trabalho	7.297	0	2.500	0	5.554	0	22.457	0	13.870	0
Sec.Esp. Transporte	26.824	1	18.768	0	24.769	0	26.819	0	27.431	0
Sec.Esp. Turismo	194	0	323	0	393	0	572	0	3.285	0
Sec.Mun. Urbanismo	12.105	0	11.816	0	14.798	0	18.789	0	19.862	0
Sec.Mun. Esportes e Lazer	23.731	1	22.824	1	60.364	1	100.668	1	115.641	2
Sec.Esp. Monumentos Públicos	533	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sec.Esp. Prevenção à Dependência Química	0	0	0	0	577	0	875	0	820	0
Sec.Esp. Terceira Idade	0	0	0	0	1.085	0	596	0	762	0
Sec.Esp. Promoção e Defesa dos Animais	0	0	0	0	391	0	1.411	0	1.329	0
Adm Indireta	777.224	17	742.400	17	1.006.017	16	1.024.355	14	1.044.018	14
Cet Rio	35.148	1	28.364	1	38.521	1	45.976	1	38.264	1
Comlurb	295.101	7	315.398	7	366.085	6	415.701	6	431.822	6
Fundação Rio	1.080	0	1.142	0	1.136	0	1.379	0	1.325	0
Fundo-Rio	45.437	1	49.465	1	65.989	1	11.140	0	17.883	0
Funlar	8.873	0	8.291	0	13.486	0	16.914	0	17.309	0
Geo-Rio	9.966	0	10.025	0	13.968	0	12.149	0	13.050	0
Guarda Municipal	85.088	2	94.730	2	106.443	2	113.807	2	118.185	2
Imprensa da Cidade	5.881	0	4.051	0	8.871	0	8.491	0	7.879	0
Multi-Rio	10.212	0	9.489	0	14.343	0	16.754	0	21.524	0
Parques e Jardins	18.644	0	29.792	1	49.659	1	28.729	1	21.137	0
Planetário	2.164	0	2.389	0	3.537	0	3.743	0	4.657	0
Rio Centro	8.898	0	8.346	0	9.288	0	12.614	0	10.349	0
Rio Cop	114	0	237	0	300	0	167	0	113	0
Rio Esportes	36.327	1	13.996	1	23.422	0	20.174	0	19.751	0
Rio Filme	5.753	0	7.269	0	14.401	0	16.649	0	9.183	0
Rio Luz	31.684	1	21.396	1	24.950	1	35.924	1	35.915	1
Rio Urbe	79.514	2	55.562	1	139.596	2	149.730	2	164.825	2
Rio-Águas	15.601	0	10.220	0	24.829	0	19.538	0	12.290	0
Rio-Arte	23.884	1	19.848	1	28.569	1	27.799	0	28.222	1
Riotur	46.548	1	42.058	1	45.818	1	52.711	1	56.054	1
Rio-Zoo	5.627	0	5.229	0	6.093	0	7.097	0	7.693	0
Smtu	5.680	0	5.103	0	6.713	0	7.169	0	6.588	0
Atividade:Meio	1.059.284	23	1.051.007	22	1.325.278	21	1.540.903	21	1.683.833	23
Adm Direta	214.893	4	209.425	4	225.288	4	252.520	4	283.047	4
Controladoria Geral	14.490	0	12.913	0	15.808	0	14.839	0	15.977	0
Gabinete do Prefeito	43.926	1	36.993	1	39.264	1	37.725	1	28.567	0
Procuradoria Geral	38.063	1	40.989	1	34.146	1	37.956	1	64.460	1
Sec.Mun. Governo	12.745	0	13.575	0	18.018	0	24.189	0	23.088	0
Sec.Mun. Administração	18.128	0	19.524	0	23.946	0	38.710	1	43.351	1
Sec.Esp. Comunicação Social	0	0	0	0	0	0	1.566	0	1.708	0
Sec.Esp. Assuntos Estratégicos	693	0	439	0	871	0	1.455	0	1.487	0
Sec.Mun. Fazenda	84.716	2	83.201	2	91.583	2	94.277	1	101.834	2
Sec.Esp. Publicidade, Propaganda e Pesquisa	356	0	368	0	498	0	857	0	1.392	0
Sec.Esp. Desenv.Ciência e Tecnologia	1.776	0	1.423	0	1.154	0	946	0	1.183	0
Adm Indireta	844.391	19	841.582	18	1.099.990	17	1.288.383	17	1.400.786	19
Fund. João Goulart	1.587	0	3.524	0	6.004	0	5.463	0	7.177	0
Funprevi	0	0	0	0	1.000.475	16	1.111.373	15	1.224.724	17
Inst. Pereira Passos	17.565	0	4.841	0	7.322	0	7.308	0	4.401	0
Iplan-Rio	64.760	2	57.625	1	65.146	1	68.398	1	70.271	1
Prev-Rio	760.479	17	775.592	17	21.043	0	95.841	1	94.213	1
Atividade:Encargos Gerais	531.342	12	529.666	12	935.971	15	1.125.107	16	978.080	13
TOTAL	4.493.765	100	4.505.238	100	6.415.051	100	7.226.030	100	7.493.598	100

Em R\$ mil

A execução orçamentária da despesa possui no nível mais agregado as distribuições por função de governo. No exercício de 2002 houve uma modificação da classificação funcional-programática, passando as funções de governo a serem desagrupadas. Para permitir a comparabilidade de forma gerencial entre os exercícios, as tabelas e gráficos desta Prestação de Contas Simplificada serão apresentados de forma agrupada, nos mesmos moldes da classificação funcional-programática adotada até 2001.

Comparando os exercícios de 2003 com 2004, as funções que mais cresceram em valores nominais foram: Assistência e Previdência (MR\$ 789.469) e Habitação e Urbanismo (MR\$ 98.346). As funções que tiveram maior redução foram: Educação e Cultura (-) MR\$ 424.793 e Administração e Planejamento (-) MR\$ 131.403.

Em aumentos percentuais destacamos a função Assistência e Previdência (103,22%). Nas reduções destacam-se Trabalho (-38,23%) e Educação e Cultura (-21,42%). O conceito de despesa na Função Educação e Cultura não é o mesmo utilizado com "Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino" que pode ser acompanhado na página 34.

Nas páginas seguintes, poderão ser verificadas as despesas empenhadas por Função de Governo, relativas as Atividades Meio e Fim, nos exercícios de 2000 a 2004.

Despesa por Função de Governo - Composição

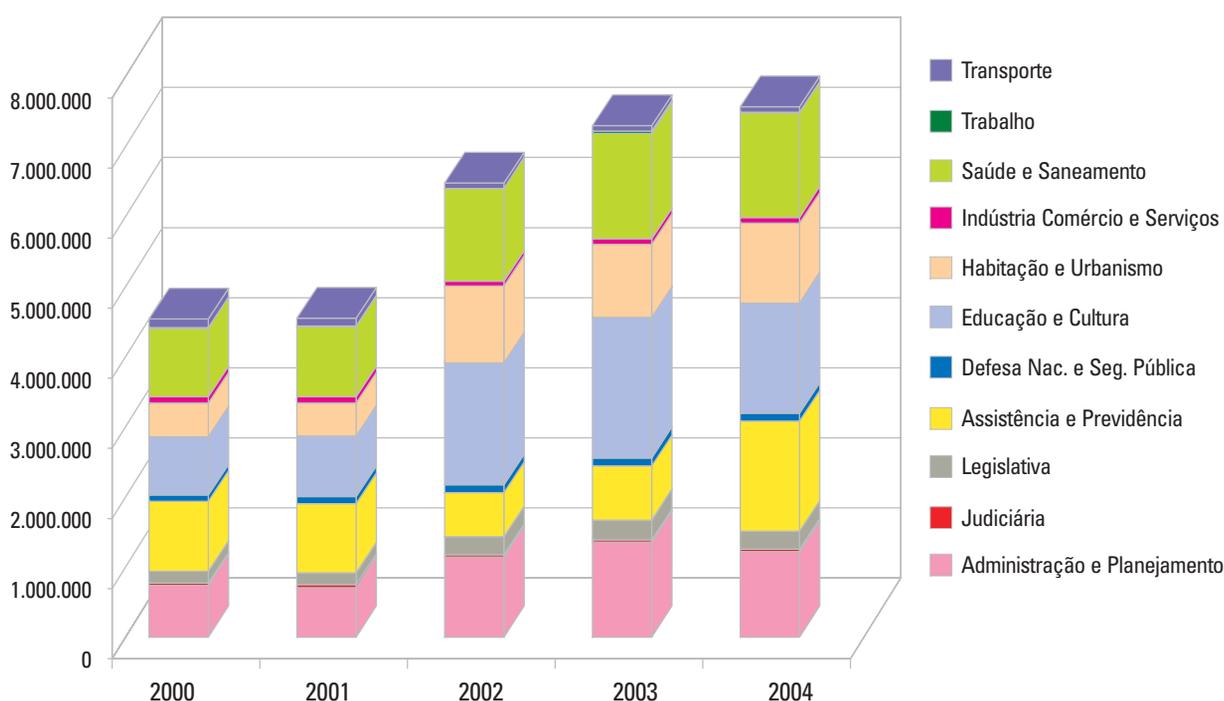
DESPESA TOTAL

Ano	2000	2001	2002	2003	2004
Atividade Meio					
Administração e Planejamento	732.999	699.309	1.130.422	1.335.648	1.204.245
Judiciária	30.226	37.380	27.125	32.579	35.414
Legislativa	164.344	172.730	257.081	286.176	252.128
Sub-Total	927.569	909.419	1.414.628	1.654.403	1.491.787
Atividade Fim					
Assistência e Previdência	992.666	977.051	628.249	764.819	1.554.288
Defesa Nac. e Seg. Pública	85.781	95.206	107.012	114.039	118.185
Educação e Cultura	819.628	857.714	1.718.780	1.982.798	1.558.005
Habituação e Urbanismo	478.341	467.426	1.091.129	1.033.461	1.131.807
Indústria Comércio e Serviços	89.300	85.249	65.524	75.333	78.749
Saúde e Saneamento	973.661	997.692	1.314.172	1.498.756	1.474.623
Trabalho	6.925	2.476	5.554	22.457	13.871
Transporte	119.894	113.006	70.003	79.964	72.283
Sub-Total	3.566.196	3.595.819	5.000.423	5.571.627	6.001.811
Despesa Total	4.493.765	4.505.238	6.415.051	7.226.030	7.493.598

Em R\$ mil

Em 2002 e 2003, a Despesa Empenhada na Função Legislativa é maior do que a Despesa Empenhada nos Órgãos do Poder Legislativo que compõem a referida função. Isto é explicado pelo fato de parte da realização da despesa nesta função ter sido efetuada pela Secretaria Municipal de Administração, devido à execução das despesas de Transferências Previdenciárias para pagamento de Inativos da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município a cargo do Prevírio.

Em 2004, esta diferença deixa de existir, tendo em vista a realocação dos valores na função Assistência e Previdência e não mais na função Legislativa.



Salientamos que na função "Administração e Planejamento" estão presentes, além dos gastos de custeio e manutenção, despesas com encargos e amortização da dívida pública, entre outras.

No exercício de 2004, a Prefeitura aumentou a realização da despesa em valores nominais em MR\$ 267.568, tendo como destaque individual a função "Assistência e Previdência" com variação nominal de MR\$ 789.469, o que corresponde a 103,22% de aumento.

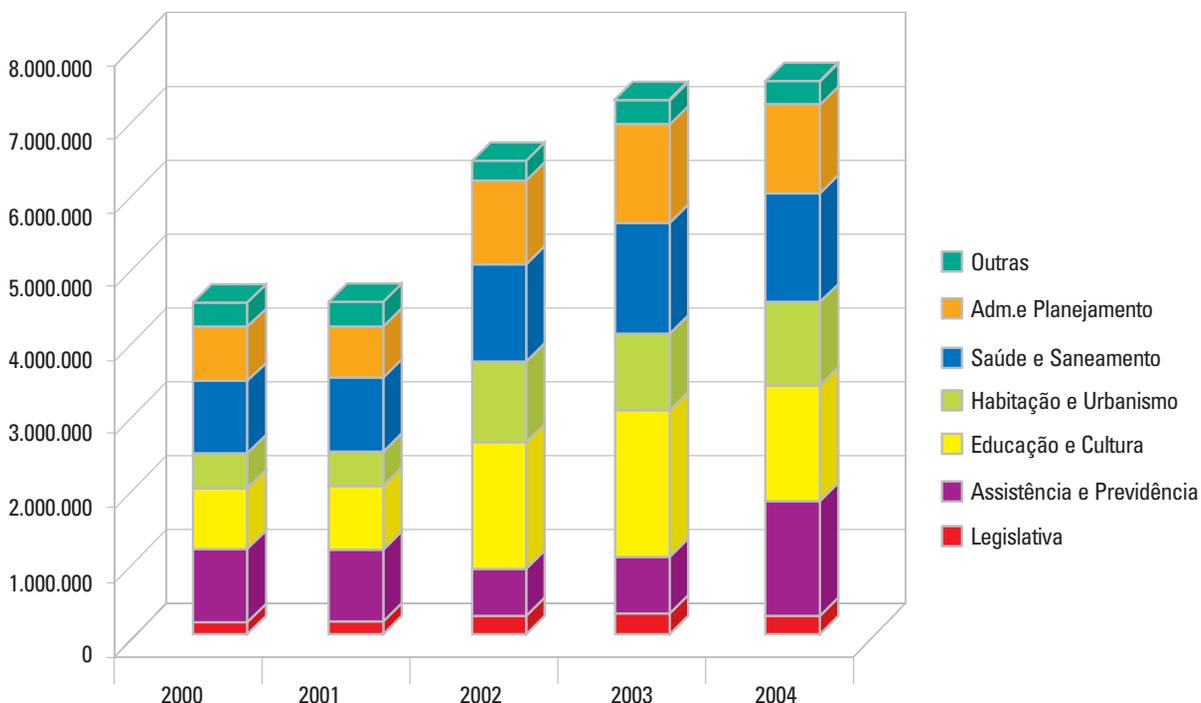
Despesa por Funções de Governo - Evolução Anual

Nos gráficos a seguir, poderemos verificar a evolução e o comportamento ao longo do tempo das funções de governo selecionadas.

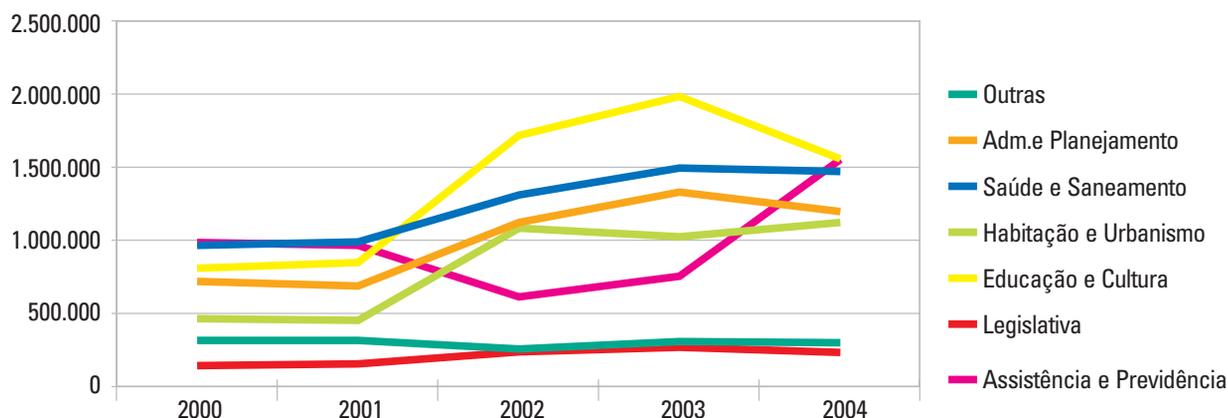
Neste exercício de 2004, podemos observar o crescimento percentual das seguintes funções de governo: Assistência e Previdência com 103,22% e Habitação e Urbanismo com 9,52%.

Em contrapartida, as seguintes funções tiveram redução percentual: Trabalho (-) 38,23%; Educação e Cultura (-) 21,42%; Legislativa (-) 11,90%; Administração e Planejamento (-) 9,84% e Saúde e Saneamento (-) 1,61%.

Acrescentamos que as despesas totais por função de governo tiveram um crescimento de 3,70%.



EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS FUNÇÕES DE GOVERNO



Despesa por Função de Governo - Participação Percentual

O quadro seguinte contém a despesa empenhada por Funções de Governo nos exercícios de 2000 a 2004 onde é indicada a participação percentual de cada uma dentro dos respectivos exercícios.

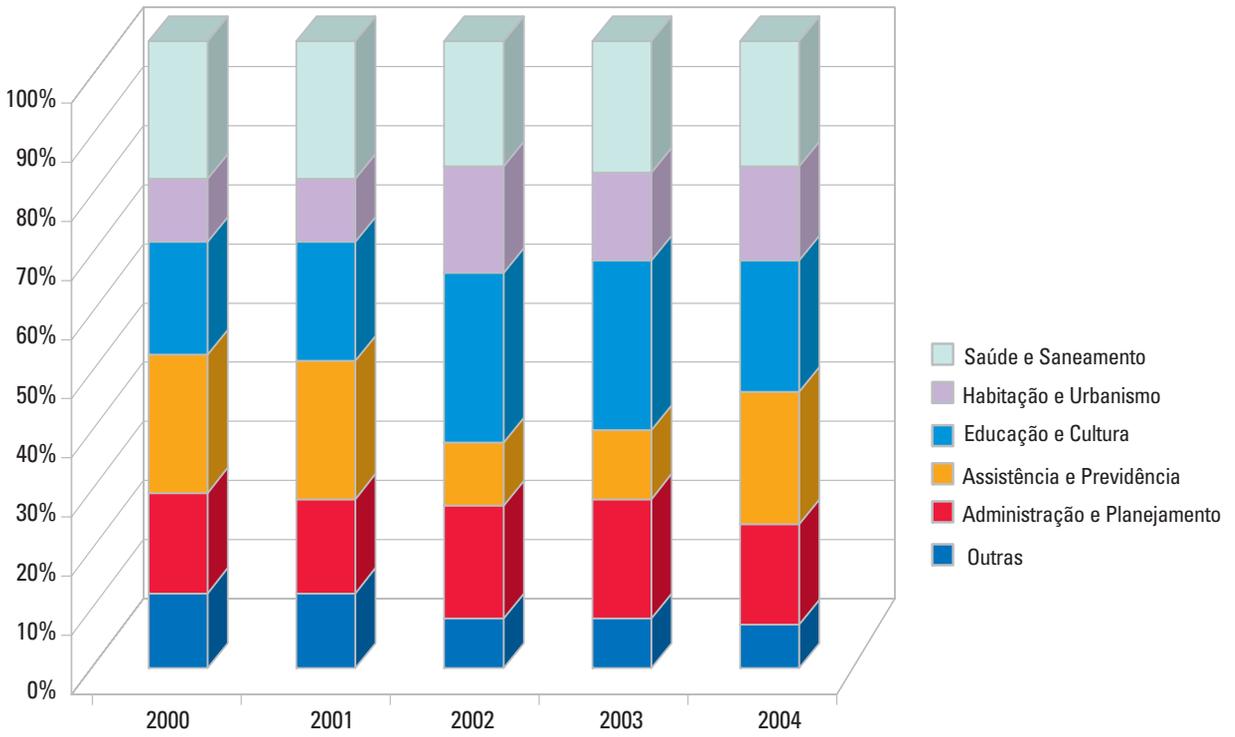
As quatro funções onde encontramos as maiores aplicações de recursos são: Assistência e Previdência (21%); Educação e Cultura (21%); Saúde e Saneamento (20%); Administração e Planejamento (16%) e Habitação e Urbanismo (15%).

Pode-se observar que, em média, nos últimos cinco anos, aproximadamente 79% da despesa empenhada da Prefeitura foram destinados a Atividade Fim.

DESPESA TOTAL %

Valor Total no Ano	2000	2001	2002	2003	2004
Atividade Meio	21	20	22	23	19
Administração e Planejamento	16	15	18	19	16
Judiciária	1	1	0	0	0
Legislativa	4	4	4	4	3
Atividade Fim	79	80	78	77	81
Assistência e Previdência	22	22	10	11	21
Defesa Nac. e Seg. Pública	2	2	2	2	2
Educação e Cultura	18	19	27	27	21
Habitação e Urbanismo	10	10	17	14	15
Indústria Comércio e Serviços	2	2	1	1	1
Saúde e Saneamento	22	22	20	21	20
Trabalho	0	0	0	0	0
Transporte	3	3	1	1	1
Total	100	100	100	100	100

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL



Aplicação de Recursos de Programas de Trabalho Relativos a Projetos

No quadro abaixo estão elencados os dez maiores Programas de Trabalho da Prefeitura, relativos a projetos realizados em 2004.

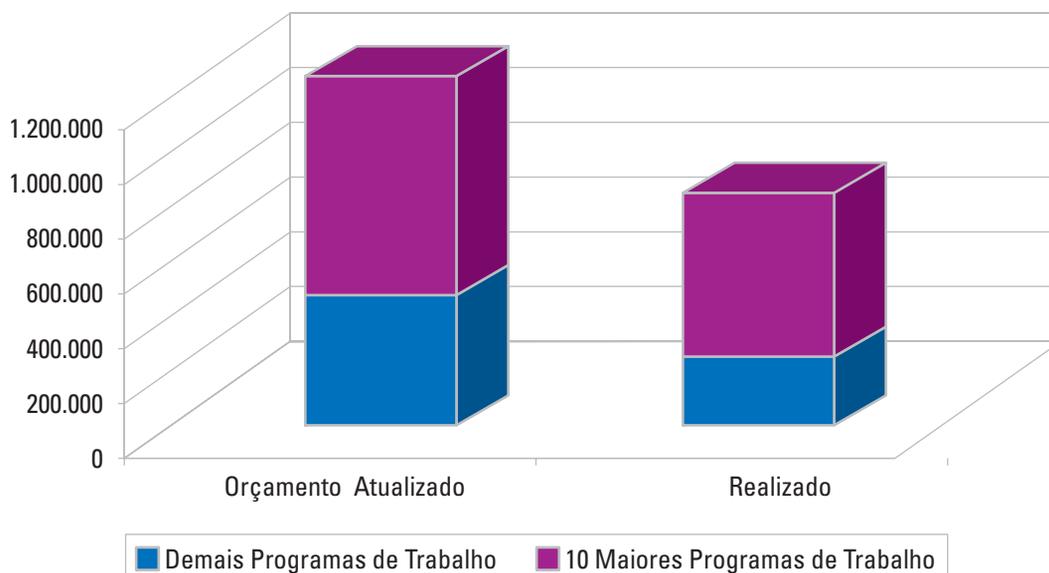
O número total de Programas de Trabalho é de 147 e o total empenhado de MR\$ 752.999, correspondente a 67% do Orçamento Atualizado.

É importante ressaltar que o conceito de Programa de Trabalho voltado para Projeto, elenca o total de novas realizações efetuadas durante o exercício, onde não são levadas em conta as quantias despendidas com o apoio e manutenção de atividades já existentes.

APLICAÇÃO DE RECURSOS DE PROGRAMAS DE TRABALHO - ADM.DIRETA E INDIRETA

Despesa Total	Orçamento Atualizado	Realizado	Parcela Realizada
PROAP RIO / BID II - SMH	184.565	157.376	85%
Intervenções de Infra-Estrutura, Drenagem, Urbanização e Reurbanização	91.386	70.518	77%
Construção, Reforma, Ampliação e Restauração de Unidades Culturais	57.984	53.943	93%
Construções, Ampliações e Reformas de Unidades de Saúde	137.871	47.549	34%
Jogos Pan-Americanos de 2007	51.527	44.146	86%
Obras e Equipamentos para Rede de Ensino	41.115	39.562	96%
Ampliação, Restauração e Melhorias Viárias na Avenida Brasil	41.954	34.328	82%
Projeto Carnaval	31.305	29.554	94%
Projeto de Prevenção de Danos e Recuperação Ambiental	36.463	27.832	76%
Obras de Pavimentação de Logradouros	34.826	25.600	74%
TOTAL DOS 10 MAIORES	708.996	530.408	75%
Número de outros programas de trabalho 137	421.900	222.591	53%
Total	147	1.130.896	67%

Em R\$ mil



LIMITES MÁXIMOS E MÍNIMOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - 2004

A despesa empenhada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino atingiu no exercício de 2004, 34,09% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências.

O percentual gasto atende ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima de 25%. Sendo assim, a aplicação mínima seria de MR\$ 1.206.627, no entanto o Município do Rio de Janeiro aplicou MR\$ 1.645.374, ou seja, MR\$ 438.747 além do valor mínimo estabelecido pela Constituição Federal.

A maior parcela da despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino foi com pessoal, que alcançou MR\$ 1.395.280 do total aplicado, sendo que MR\$ 957.848 foram gastos com pessoal ativo e MR\$ 437.432 com pessoal inativo da Educação.

No custeio e manutenção da rede física das 1.054 escolas da rede pública, como também na aquisição de equipamentos, construção e obras, foram utilizados MR\$ 215.334.

Entre as receitas, cabe ressaltar que, do valor recebido do FUNDEF, no montante de MR\$ 644.698, foram MR\$ 191.282 referente a parcela do Município na constituição do próprio FUNDEF e MR\$ 453.416 de valores adicionais na composição do FUNDEF pelos critérios federais.

RECEITA			DESPESA			
DISCRIMINAÇÃO	PREVISTA	ARRECADADA	DISCRIMINAÇÃO	AUTORIZADA	EMPENHADA	LIQUIDADADA
1. IMPOSTOS PRÓPRIOS	2.739.636	2.626.711	1. SME	1.301.581	1.194.601	1.194.601
IPU	944.552	940.599	Pessoal Ativo	1.004.192	957.848	957.848
ISS	1.390.349	1.324.203	Custeio / Manutenção da Rede Física	219.082	179.096	179.096
IVVC	-	4	Equip. Escolar / Construção / Obras em Escolas	55.000	36.238	36.238
ITBI	213.624	183.657	MULTIRIO	23.309	21.419	21.419
Dívida Ativa de Impostos	191.111	178.248	2. SMDS / FUNLAR	19.484	13.341	13.341
2. TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	1.347.378	1.260.302	Educação Infantil	19.484	13.341	13.341
Cota-Parte do ICMS	1.235.570	1.165.702	TOTAL DAS APLICAÇÕES SEM INATIVOS (B)	1.321.066	1.207.942	1.207.942
Dedução da Rec. para Form. do FUNDEF (ICMS)	(185.335)	(174.855)	3. FUNPREVI C/ REC. TESOIRO	612.128	437.432	437.432
Cota-Parte do IPVA	284.455	253.167	Inativos da Educação	612.128	437.432	437.432
Cota-Parte do IPI Exportação	14.928	19.161	TOTAL DAS APLICAÇÕES COM INATIVOS (C)	1.933.194	1.645.374	1.645.374
Dedução da Rec. para Form. do FUNDEF (IPI-EXP)	(2.239)	(2.874)	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO (B/A)	25,96%	25,03%	25,03%
3. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	288.767	294.795	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO (C/A)	37,98%	34,09%	34,09%
Cota-Parte do FPM	86.101	72.408				
Dedução da Rec. para Form. do FUNDEF (FPM)	(12.915)	(10.861)				
Cota-Parte do IRRF	198.421	217.538				
Cota-Parte do IPTR	286	220				
Cota-Parte do Imposto s/ Operações com Ouro	82	237				
Seguro Receita do ICMS	19.756	17.944				
Dedução da Rec. para Form. do FUNDEF (Seguro Receita do ICMS)	(2.963)	(2.692)				
4. FUNDEF	713.987	644.698				
Parcela do Município na Constituição do FUNDEF	203.453	191.282				
Valor Adicional Recebido pelo Município - FUNDEF	510.534	453.416				
TOTAL DAS RECEITAS (A)	5.089.769	4.826.506				

Fonte: Contadoria Geral

Em R\$ mil

Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde - 2004

A despesa realizada com ações e serviços públicos de saúde atingiu no exercício 17,05% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências constitucionais nos termos da Emenda Constitucional nº 29 de 13/09/2000, que prevê uma despesa mínima de 15% das receitas arrecadadas.

Em R\$ mil

RECEITA				
DISCRIMINAÇÃO		PREVISTA	ARRECADADA	
RECEITA TRIBUTÁRIA		2.812.966	2.672.703	
IPTU		944.552	940.599	
ITBI		213.624	183.657	
ISS		1.390.349	1.324.203	
IVVC		-	4	
Dívida Ativa de Impostos, Multas, juros e Corr. Monet.		264.441	224.240	
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS		1.839.516	1.746.141	
Cota-Parte do ITR		286	220	
Cota-Parte do IPVA		284.455	253.167	
Cota-Parte do IRRF		198.421	217.538	
Cota-Parte do ICMS		1.235.570	1.165.702	
Cota-Parte do FPM		86.101	72.408	
Cota-Parte do IPI Exportação		14.928	19.161	
Remuneração ICMS na Exportação - Lc 87/96		19.756	17.944	
TOTAL DAS RECEITAS (A)		4.652.582	4.418.844	
DESPESA				
DISCRIMINAÇÃO	INICIAL	AUTORIZADA	EMPENHADA	LIQUIDADA
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / ATIVOS	576.156	599.946	588.844	588.844
OUTRAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO	128.909	137.245	121.341	121.341
INVESTIMENTOS NA SMS	147.591	117.541	43.209	43.209
TOTAL DAS APLICAÇÕES (B)	852.656	854.732	753.394	753.394
PARTICIPAÇÃO SOBRE PREVISÃO (B/A)	18,33%	18,37%	16,19%	16,19%
PARTICIPAÇÃO SOBRE ARRECADADAÇÃO			17,05%	17,05%

Fonte: Contadoria Geral

Em R\$ mil

Despesa com Pessoal - 2004

Um ponto relevante da administração pública municipal refere-se a participação de despesa com pessoal sobre a receita corrente líquida (RCL). Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas de pessoal do Poder Executivo incorridas nos últimos 12 meses não devem ultrapassar 54% da RCL, enquanto as do Poder Legislativo não devem ser superior a 6%.

Conforme demonstrado abaixo, a despesa com pessoal consolidada durante o exercício de 2004, consumiu 46,04% da RCL. Este percentual congrega 43,08% do Poder Executivo e 2,96% do Poder legislativo. Esses percentuais estão bem abaixo do limite legal de 60% e até mesmo do limite prudencial de 57%.

DESPESA COM PESSOAL

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA JAN/2004 A DEZ/2004
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	3.031.497
Pessoal Ativo	2.699.132
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.170.925
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	(838.561)
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	(46.420)
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	(13.537)
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(29.103)
(-) Inativos com Recursos Vinculados	(749.501)
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	86.907
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP (III) = (I + II)	3.118.404
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	6.773.139
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP sobre a RCL (V) = [(III / IV)*100]	46,04%
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%	4.063.883
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 57%	3.860.689

Fonte: Contadoria Geral

Em R\$ mil

INTRODUÇÃO

O Município do Rio de Janeiro, de acordo com a sua Lei Orgânica, constitui-se da Administração Direta e Indireta. A Administração Direta compreende os órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo. Fazem parte da Administração Direta no Poder Legislativo a Câmara Municipal, bem como o Tribunal de Contas do Município.

Já no Poder Executivo, a Administração Direta é composta pelas Secretarias Municipais e Especiais, os Fundos Especiais, o Gabinete do Prefeito, a Controladoria Geral e a Procuradoria Geral. A contabilidade de toda a administração direta é regida pela Lei 4.320/64.

As Autarquias, as Fundações, as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista compõem a Administração Indireta Municipal. As Autarquias e as Fundações Públicas seguem as normas da Lei 4.320/64, enquanto que as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista são regidas pela Lei 6.404/76.

Neste contexto, a Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro - CGM, cumprindo sua missão institucional de primar pela transparência nas contas públicas, um dos pilares da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), busca oferecer maior visibilidade dos resultados orçamentários e fiscais alcançados pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Assim, os próximos tópicos evidenciam os números obtidos no exercício de 2004 e demonstrados nos Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, em cumprimento dos artigos 53 a 55 da LRF, publicados no Diário Oficial do Município de 22 de março de 2005 e disponibilizados na internet na Home Page da CGM (<http://www.rio.rj.gov.br/cgm>).

Na elaboração da prestação de contas foi efetuada a consolidação dos balanços das entidades cuja contabilidade é regida pela Lei 4.320/64, dando assim origem aos balanços consolidados do Município. Para as empresas públicas e as sociedades de economia mista é utilizado o método da equivalência patrimonial de forma a ajustar os investimentos da administração direta nas entidades regidas pela Lei 6.404/76.

Os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial de 2003, confeccionados de forma reduzida são apresentadas a seguir, em milhares de reais.

Balço Orçamentário

O Balço Orçamentário compara as previsões constantes do Orçamento com a sua Execução. Este balanço é apresentado considerando os ingressos de natureza orçamentária e as despesas empenhadas pela Prefeitura, incluindo Administração Direta, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista durante o exercício financeiro de 2004.

Em R\$ mil

RECEITAS	PREVISTAS	ARRECADADAS
RECEITAS CORRENTES	9.192.608	7.566.334
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.761.060	2.641.689
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	441.093	496.414
RECEITA PATRIMONIAL	772.359	511.561
RECEITA INDUSTRIAL	8.191	6.595
RECEITA DE SERVIÇOS	155.179	140.003
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.361.387	3.134.244
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.693.339	635.828
RECEITAS DE CAPITAL	321.926	256.178
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	257.212	191.638
ALIENAÇÃO DE BENS	16.695	1.951
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	48.019	54.881
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	7.708
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0
SOMA	9.514.534	7.822.512
DÉFICIT	555.790	0
TOTAL	10.070.324	7.822.512

DESPESAS	AUTORIZADAS CORRIGIDAS	REALIZADAS
DESPESAS CORRENTES	7.309.217	6.507.273
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.455.152	3.956.965
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	434.144	433.073
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.419.921	2.117.235
DESPESAS DE CAPITAL	2.752.311	986.325
INVESTIMENTOS	1.122.260	724.184
INVERSÕES FINANCEIRAS	264.601	35.496
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.365.450	226.645
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.796	0
SOMA	10.070.324	7.493.598
SUPERAVIT	0	328.914
TOTAL	10.070.324	7.822.512

Fonte: Contadoria Geral

Em R\$ mil

A execução orçamentária apresentada foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária e as despesas liquidadas pela Prefeitura, incluindo Administração Direta, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista durante o exercício financeiro de 2004. Com o objetivo de permitir a comparabilidade, evidenciamos também a execução do mesmo período de 2003.

Em R\$ mil

RECEITAS	JAN - DEZ 2003			JAN - DEZ 2004		
	PREVISÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	(B/A)	PREVISÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	(B/A)
RECEITAS CORRENTES	8.183.952	6.607.331	80,74%	9.192.608	7.566.334	83,31%
RECEITAS DE CAPITAL	219.887	384.586	174,90%	321.926	256.178	79,58%
SOMA	8.403.839	6.991.917	83,20%	9.514.534	7.822.512	82,22%
Déficit de Previsão/Execução	825.387	234.113	-	555.790	-	-
TOTAL	9.229.226	7.226.030	78,30%	10.070.324	7.822.512	77,68%

DESPESAS	JAN - DEZ 2003			JAN - DEZ 2004		
	FIXAÇÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	(B/A)	FIXAÇÃO (A)	EXECUÇÃO (B)	(B/A)
DESPESAS CORRENTES	6.345.076	6.027.199	94,99%	7.309.217	6.507.273	89,03%
DESPESAS DE CAPITAL	2.884.150	1.198.831	41,57%	2.752.311	986.325	35,84%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	8.796	-	74,41%
SOMA	9.229.226	7.226.030	78,30%	10.070.324	7.493.598	82,22%
Superávit de Execução	-	-	-	-	328.914	-
TOTAL	9.229.226	7.226.030	78,30%	10.070.324	7.822.512	77,68%

Fonte: Relatório de Audiência Pública - GAB/CGM

A execução orçamentária referente a 2004 evidencia um superávit da execução da ordem de R\$ 328.914 mil, enquanto que no mesmo período do exercício anterior foi apurado um déficit da ordem de R\$ 234.113 mil.

A Prefeitura apresentou ainda um déficit de previsão no valor de R\$ 555.790 mil. Este valor equivale a 5,84% da previsão inicial.

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Comparando-se as receitas arrecadadas e as despesas liquidadas nos exercícios de 2003 e 2004 evidenciamos os resultados apresentados na Tabela abaixo.

Especificações	JANEIRO a DEZEMBRO -2002 e 2004		
	2002	2003	2004
Receitas Correntes	6.991.917	6.607.331	7.566.334
(-) Despesas Correntes	(5.443.226)	(6.027.199)	(6.507.273)
Superávit Corrente	612.375	580.132	1.059.061
(+) Receita de Capital	280.506	384.586	256.178
Subtotal	892.881	964.718	1.315.239
(-) Despesas de Capital	(971.825)	(1.198.831)	(986.325)
Superávit Orçamentário	(78.944)	(234.113)	328.914

Fonte: Relatório de Audiência Pública - GAB/CGM

Em R\$ mil

O exame da Tabela mostra que o resultado orçamentário alcançado em 2004 reverteu a tendência de queda que vinha sendo apresentada desde 2002. O resultado orçamentário obtido em 2002 foi deficitário em R\$ 78.944 mil e ampliado em 2003 para R\$ 234.113 mil. Em contraposição a esta tendência, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro apresentou em 2004 superávit orçamentário da ordem de R\$ 328.914 mil.

Balanço Financeiro

As disponibilidades dos exercícios de 2003 e 2004 sofreram movimentações de acordo com o balanço financeiro resumido demonstrado na tabela abaixo.

BALANÇO FINANCEIRO RESUMIDO - 2003 E 2004

Especificação	Em R\$ mil	
	2003	2004
Disponível em 01/01	2.305.823	2.228.743
(+) Ingressos Orçamentários	6.991.917	7.822.512
(-) Desembolsos Orçamentários	(6.621.169)	(7.081.411)
(-) Despesa Realizada	(7.226.030)	(7.514.651)
(+) Inscrição de Restos a Pagar	604.861	433.240
(+/-) Movimentação Extra-Orçamentária Líquida	(447.828)	(586.833)
(-) Pagamento de RP Exercícios Anteriores	(685.200)	(586.383)
(+/-) Outras Movimentações Extra-Orçamentárias	237.372	(449)
(=) Disponível em 31/12	2.228.743	2.383.012

Fonte: Relatório de Audiência Pública - GAB/CGM

O quadro acima mostra que o fluxo financeiro resultante da execução orçamentária foi positivo de R\$ 741.101 mil (R\$ 7.822.512 mil – R\$ 7.081.411 mil), tendo em vista que, da execução orçamentária da despesa, R\$ 433.240 mil não foram pagos no exercício de 2004, conseqüentemente, foram inscritos em Restos a Pagar do exercício de 2004, sendo R\$ 412.187 mil em Restos a Pagar Processados – RPP e R\$ 21.053 em Restos a Pagar Não Processados – RPN.

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial Consolidado da Prefeitura em 31/12/2004 apresentou a estática demonstrada pelo quadro a seguir.

Cabe esclarecer que para o Balanço Patrimonial Consolidado da Prefeitura foi adotado o modelo sugerido pela Secretaria do Tesouro Nacional. Neste aspecto, é importante frisar que as empresas públicas e sociedades de economia mista municipais levantam suas demonstrações contábeis segundo os preceitos da Lei nº 6.404/76, enquanto a administração direta, fundações e autarquias à Lei nº 4.320/64.

BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO - 2004

		Em R\$ mil
ATIVO		
Financeiro		<u>2.406.118</u>
Disponível	2.319.714	
Créditos em Circulação	86.404	
Não Financeiro		<u>13.254.778</u>
Realizável a Curto Prazo	320.212	
Valores Pendentes a Curto Prazo	995	
Realizável a Longo Prazo	11.587.242	
Permanente	1.346.329	
ATIVO REAL		15.660.895
TOTAL		15.660.895
PASSIVO		
Financeiro		<u>532.129</u>
Depósitos	82.612	
Obrigações em Circulação	449.517	
Não Financeiro		<u>8.443.947</u>
Obrigações em Circulação	242.338	
Valores Pendentes a Curto Prazo	435.419	
Exigível a Longo Prazo	7.761.463	
Resultado de Exercícios Futuros	4.727	
PASSIVO REAL		8.976.076
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.684.819
TOTAL		15.660.895

Fonte: Relatório de Audiência Pública - GAB/CGM

Em R\$ mil

Assim, globalmente considerada toda a administração direta e indireta da Prefeitura apresentou em dezembro de 2004 superávit financeiro da ordem de R\$ 1.873.989 mil.

A dívida ativa tem papel fundamental no balanço patrimonial da Prefeitura, haja vista que corresponde a R\$ 10.983.466 mil, ou seja, 70,13% do Ativo Real e supera o Passivo Real em 22,36%.

A maior parte das obrigações do Município é constituída de exigíveis a longo prazo, que montam R\$ 7.761.462 mil e representa 86,47% do Passivo Real e 49,56% do Ativo Real. O exigível a longo prazo é formado por operações de crédito internas (R\$ 6.460.702 mil), operações de crédito externas (R\$ 827.902 mil) e outras obrigações (R\$ 472.858 mil).

DISPONIBILIDADES

Em 31/12/2004, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possuía disponibilidades financeiras no montante de R\$ 2.383.012 mil, sobre as quais pesava o Passivo Financeiro da ordem de R\$ 932.149 mil, revelando uma suficiência de caixa da ordem de R\$ 1.450.863 mil.

A Tabela abaixo mostra a composição tanto das disponibilidades quanto das obrigações financeiras ao final de dezembro de 2004.

Composição da Suficiência de Caixa da Prefeitura - Dezembro 2004

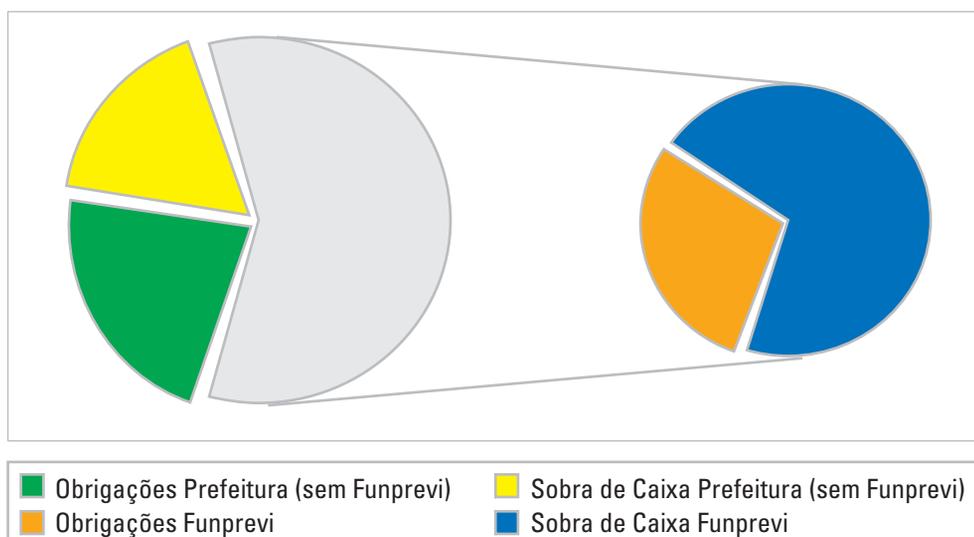
Ativo Disponível	Prefeitura	Funprevi	Sem Funprevi	Obrigações Financeiras	Prefeitura	Funprevi	Sem Funprevi
Caixa	114	-	114	Depósitos	82.613	9.915	72.698
Banco C/ Movimento	68.769	59	68.710	Restos a Pagar Processados	404.799	71.430	333.369
Banco C/ Vinculada	13.614	-	13.614	Restos a Pagar Não Processados	20.331	-	20.331
Aplicações Financeiras	2.237.217	1.454.046	783.171	Outras Obrigações Financeiras	424.406	331.667	92.739
Outras Disponibilidades Financ.	63.298	-	63.298				
Soma	2.383.012	1.454.105	928.907	Soma	932.149	413.012	519.137
				Suficiência de Caixa	1.450.863	1.041.093	409.770
TOTAL	2.383.012	1.454.105	928.907	TOTAL	2.383.012	1.454.105	928.907

Fonte: Relatório de Audiência Pública - GAB/CGM

Em R\$ mil

Nota-se que o Funprevi é responsável por 61,02% das disponibilidades da Prefeitura e por 71,76% da suficiência de caixa, conforme representado pelo gráfico abaixo.

COMPROMETIMENTO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA – DEZEMBRO 2004



É importante destacar que parte das despesas do regime previdenciário é custeada com recursos do Tesouro Municipal.

Comparando o valor da sobra de caixa de toda Prefeitura em dezembro de 2004 com a apresentada em dezembro de 2003, nota-se uma redução da ordem de R\$ 32.277 mil. Entretanto, se não considerarmos os valores referentes ao regime previdenciário, ou seja, Prefeitura sem Funprevi, houve um incremento da suficiência de caixa da ordem de R\$ 350.829 mil, haja vista que em dezembro de 2003 o saldo não comprometido, exceto regime previdenciário, era de R\$ 58.941 mil, e subiu para R\$ 409.770 mil em dezembro de 2004.

Metas Fiscais

Esta seção tem como objetivo revelar o desempenho do Município do Rio de Janeiro no exercício de 2004 em relação às metas fiscais determinadas pela Lei Complementar nº 101/2000 e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 10.707/2003). Para dar sentido e finalidade à transparência como princípio da responsabilidade fiscal, a Controladoria Geral do Município apresenta a seguir o desempenho no exercício de 2004 comparando com o desempenho de 2003.

A Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2004 apresenta crescimento de 14,23% em valores nominais, como pode ser observado no quadro e no gráfico a seguir.

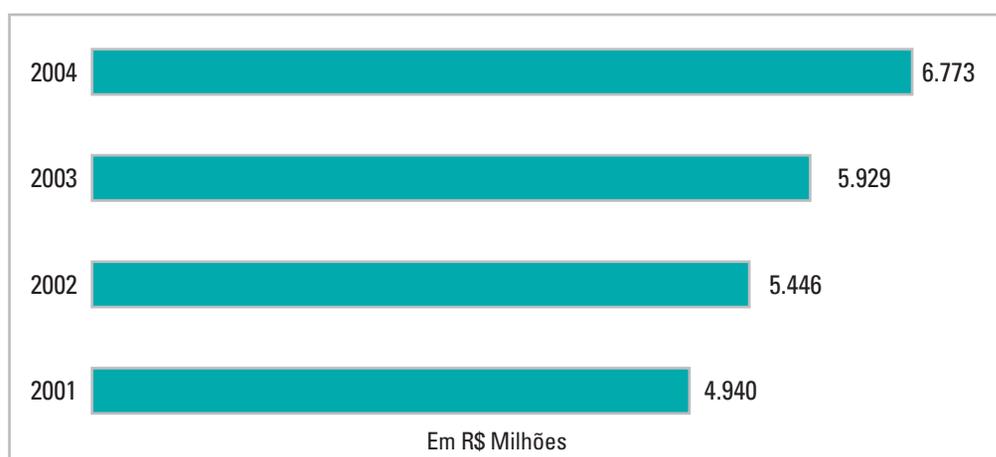
DEMONSTRATIVO RESUMIDO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – 2003 e 2004

Em R\$ mil

Especificação	2003	2004
Receita Tributária	2.329.485	2.641.689
Receita de Contribuições	407.890	492.201
Receita Patrimonial	811.127	511.561
Receita de Serviços	124.836	140.003
Transferências Correntes	2.629.191	3.134.244
Outras Receitas Correntes	304.802	646.635
(-) Gestão Plena	(268.955)	(296.781)
(-) Compensação entre Regimes Previdenciários	(1.382)	(4.213)
(-) Contribuição Previdenciária	(407.890)	(492.201)
Receita Corrente Líquida	5.929.104	6.773.138

Os valores das Receitas de Contribuição lançados no quadro acima não correspondem aos valores extraídos do FINCON, devido a não serem considerados, para este quadro, os valores da Compensação entre Regimes de Previdência (Funprevi-INSS) neste grupo.

EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – 2001 a 2004



O resultado primário, que corresponde à diferença entre as receitas e despesas não financeiras, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no exercício de 2004 alcançou patamar superavitário de R\$ 308.067 mil, enquanto em 2003 havia atingido déficit de R\$ 510.783 mil.

O quadro seguinte demonstra a comparação do resultado primário nos exercícios de 2003 e 2004, mediante a comparação das receitas fiscais líquidas, que correspondem à arrecadação do período deduzida dos rendimentos de aplicações financeiras e receitas de juros de empréstimos concedidos, no caso das receitas correntes, e deduzidas, ainda, de receitas de operações de crédito, amortizações de empréstimos e de alienação de ativos, no caso das receitas de capital. Já as despesas fiscais líquidas equivalem ao total de despesas orçamentárias liquidadas, deduzidas despesas com juros e encargos da dívida (despesas correntes), concessão de empréstimos e amortização da dívida fundada (despesas de capital).

RESULTADO PRIMÁRIO – 2003 e 2004

Especificação	Em R\$ mil	
	2003	2004
Receitas Fiscais Correntes	5.836.150	7.101.203
Receitas Fiscais de Capital	197.976	7.708
Receitas Fiscais Líquidas	6.034.126	7.108.911
Despesas Fiscais Correntes	5.598.273	6.074.200
Despesas Fiscais de Capital	946.636	726.644
Despesas Fiscais Líquidas	6.544.909	6.800.844
Resultado Primário	(510.783)	308.067

Em valores nominais, o resultado primário alcançado em 2004 foi R\$ 818.850 mil superior ao encontrado no exercício de 2003.

A estimativa de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – para o exercício de 2004 foi de R\$ 1.098.553 mil.

Já o resultado nominal, que equivale à variação da dívida pública líquida, foi positivo de R\$ 800.706 em 2004, enquanto que a meta fixada para o resultado nominal do exercício de 2004 pelo anexo de metas fiscais da LDO foi de R\$ 202.314 mil, conforme demonstrativo a seguir.

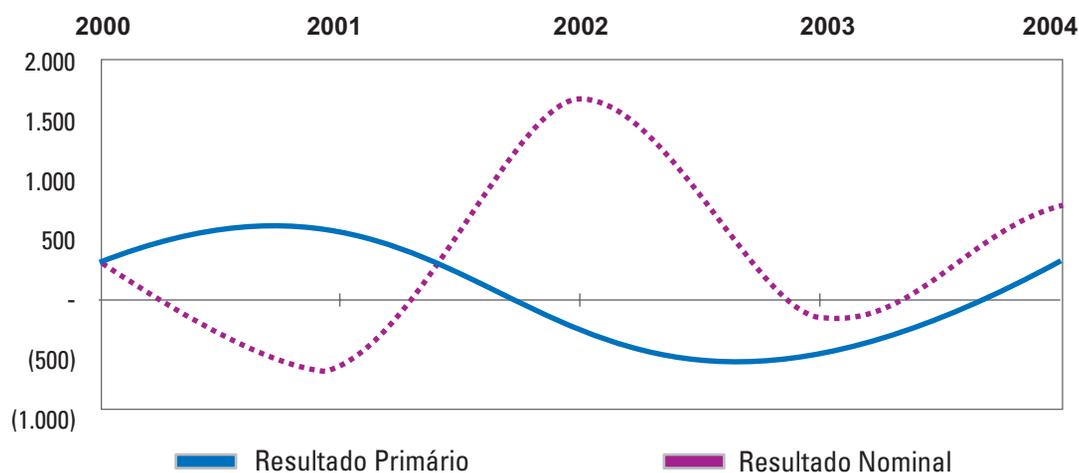
COMPARATIVO ENTRE ESTIMATIVAS DA LDO PARA 2004 E REALIZAÇÃO

Em R\$ Milhões

Resultados	LDO	Realizado	Variação
Resultado Primário	1.098,6	308,1	(790,5)
Resultado Nominal	202,3	800,7	598,4

O gráfico abaixo demonstra a evolução dos resultados primário e nominal desde 2000.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL – 2000 a 2004



O resultado nominal apresentou elevação em relação ao exercício imediatamente anterior, passando de R\$ 162.567 negativos para R\$ 800.706 positivos.

Já a dívida consolidada líquida montou R\$ 5.355.382 mil em 31/12/2004, que abatida dos passivos reconhecidos (parcelamento de dívidas junto ao INSS e CEDAE), alcançam a dívida fiscal líquida de R\$ 5.282.723. A dívida consolidada líquida da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro equivalia 79,07% da receita corrente líquida, conforme demonstrativo abaixo, estando, portanto, dentro do limite do artigo 3º, inciso II da Resolução nº 40 do Senado Federal, que estabelece que o montante da dívida consolidada líquida dos municípios não poderá exceder 1,2 vezes a receita corrente líquida.

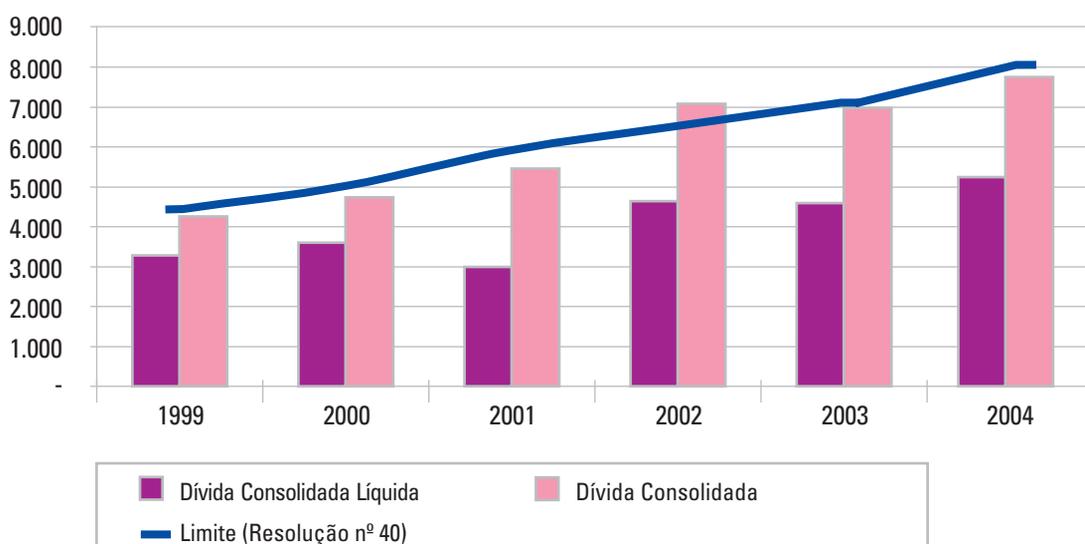
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – 2003 e 2004

Especificação	Em R\$ mil	
	2003	2004
Dívida Consolidada	6.976.704	7.761.500
Ativo Financeiro	(2.391.545)	(2.406.118)
Dívida Consolidada Líquida	4.585.159	5.355.382
Limite definido pela Resolução nº 40 do Senado Federal (1,2 x RCL)	7.114.925	8.127.767

A dívida consolidada líquida apresentou crescimento, em valores nominais de aproximadamente 16,80% em relação a 2003, embora o montante da dívida consolidada bruta tenha aumentado 11,25%.

O gráfico abaixo demonstra a evolução da dívida consolidada bruta, dívida consolidada líquida e do limite para o montante da dívida previsto na Resolução nº 40 do Senado Federal entre os exercícios de 1999 e 2004.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA – 1999 a 2004



As operações de crédito realizadas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no exercício de 2004 montaram R\$ 191.638 mil, sendo R\$ 21.815 mil oriundos de captações internas, e R\$ 169.823 mil de captações externas. O total de liberações de recursos de operações de crédito no exercício de 2004 equivaleu a 2,83% da receita corrente líquida, enquanto a Resolução nº 43 do Senado Federal estabelece como limite 16% da receita corrente líquida. Cabe destacar ainda que não houve liberações derivadas de refinanciamento nem operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

Ao ser analisada a despesa realizada com juros, encargos e amortização da dívida, verifica-se que houve um crescimento deste tipo de despesa, entretanto no que se refere a sua participação sobre a receita corrente líquida houve uma redução, conforme demonstrado pela tabela abaixo. Assim, o índice de comprometimento alcançado (9,74%) é inferior ao teto estabelecido pela Resolução nº 43 do Senado Federal, que limita em 11,5% da receita corrente líquida o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA – 2003 E 2004

Especificação	2003	2004
Juros e Encargos da Dívida	428.926	433.073
Amortização da Dívida	207.859	226.645
Total	636.785	659.718
Receita Corrente líquida	5.929.104	6.773.139
% Despesas com Serviços da Dívida / RCL	10,74%	9,74%

Com a apresentação deste relatório e das anexas demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, bem como da demonstração das Variações Patrimoniais, a Controladoria Geral do Município cumpre uma das suas tarefas qual seja a apresentação deste relatório que, sendo final de exercício, será anexo à prestação de contas de responsabilidade do Poder Executivo da Cidade do Rio de Janeiro.

É fundamental esclarecer que tal apresentação refere-se às posições do patrimônio da entidade pública – Município do Rio de Janeiro – bem como da execução orçamentária da receita e despesa pelas quais são responsáveis cada um dos ordenadores primários e secundários definidos nos precisos termos do Código de Administração Financeira do Município (Lei nº 207/80).

Assim, como consequência desta apresentação, teremos as prestações de contas individuais de cada um desses ordenadores que serão, no devido prazo, apreciadas tanto pela Auditoria Geral do Município como pelo Egrégio Tribunal de Contas do Município de Rio de Janeiro.

EQUIPE DA COORDENADORIA GERAL DE NORMAS E INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Coordenadoria de Estudos e Análise de Informações Gerenciais

Coordenador: Marcos Mizurine

Gustavo Fontoura Cretton

Israel Pinto Borges

Jacqueline Ferreira Dutra

José Luiz Ribeiro de Brito

Marcelo Cardoso Paes de Loureiro

Raquel de Souza

Coordenadoria de Normatização, Orientação e Integração Organizacional

Coordenador: Mônica Nascimento Magalhães

Adriana de Oliveira Silva

Ana Amélia de Almeida Magalhães

Carlos Eduardo Galvão Bandeira

Enes Fernandes Tunala

Etelvina Maria Cortes

Gilmar Cordeiro da Costa

Iara de Azeredo Campos

Jorge dos Santos

Luís Antonio de Loyola Reis

Luiz Francisco Barata Meireles

Marcelo Costa Coqueijo

Mário Renno da Silva

Michel Benjamin Lutfi Filho

Miguel Ângelo Campos Teixeira

Paula Tavares Alves

Roberta Backer Gomes de Miranda

Coordenadoria de Estudos e Análise de Custos

Coordenador: Geraldo de Abreu Júnior

Adilson de Souza Soares

Adriano Guedes de Souza

Haroldo Figueiredo

Isabela Rebouças Chaves

Jeane de Souza Coutinho

Luciana Trindade Ferreira Pinto

Marcelo de Souza Castilho

EQUIPE DO GABINETE DO CONTROLADOR GERAL

Antonio Cesar Lins Cavalcanti

Marcia Cristina de Lima Aldy

EQUIPE IPLANRIO DO SISTEMA FINCON

Albina Poyares de Mello

Janaina Bastos Prado

Jorge Olintho de Souza Lopes

José Roberto de Souza Almeida

Letícia Motta de Vasconcellos

Luiz Carlos Miranda Martins

Paulo Roberto Monteiro Chaves

EQUIPE DA CONTADORIA GERAL

Adriana Cristina Camões Brandão

Adriana Soares Ferreira

Alessandro Teodoro de Souza

Alex Messias Dantas

Alexandre Torres da Cunha

Aline Ferreira da Silva Teixeira

André Luiz Fernandes Fraga

Andréa da Rosa Boscarino

Angela de Arezzo Meireles

Arcélio Dutra de Brito

Aurélio Cosme Guimarães

Carlos Alberto Baptista

Carlos Correa Costa

Carlos Maurício Borup de Bakker

Cesar Maurício Gomes Soares

Claúdia Regina Faig Torres Moura

Cláudio Dias

Clivaldo Guimarães Paes

Dager Salles Amaral

Elizabeth Coo Moledo

Elsa Moreira da Silva

Flávio Vital de Oliveira Vasco

Gabriela Mendonça de Oliveira

Gessy Augusto do Nascimento

Ivanilde dos Santos

Ivone Teixeira Vasques

EQUIPE DA CONTADORIA GERAL (continuação)

Janete Prudente Gomide	Regina da Cruz Ribeiro
Jomir Targino de Araújo	Regina Monteiro do Nascimento
José Augusto Vieira Campos	Ricardo Araújo da Cunha
José Paulo de Menezes Júnior	Rita de Cássia Pinheiro de Santilhana
Luiz Carlos Santos	Roberto Miguel Pereira
Marcelo Volker Garcia	Romildo Teixeira Lacerda
Márcia Francisconi dos Santos	Rosana da Silva Marques Simões
Márcia Maria Alves Pinheiro	Rosângela Pereira Ramos
Marcio Martins Loureiro	Sandra Gomes Januário
Maria das Graças Maia Cordeiro	Sebastião Machado de Carvalho
Maria de Fátima Gouveia	Sergio Murta Ribeiro
Marisa Nogueira Campos	Silvana Maria Nava Gomes
Nádia Assunção Fernandes Neves	Sonia Regina Menezes de Lima
Nelma Godinho Costa Lima	Vanessa da Silva Quito Antunes
Nilcéa Regina Leal	Vânia Ribeiro Pellizzaro
Nilton Rafael Ferreira do Nascimento	Vera Lúcia de Vasconcellos Costa Mattos
Nixon da Silva	Walter José Ferreira
Noemia de Oliveira Sousa	Walter Luís Dias Leal
Paulo da Silva Andrade	Wanise de Melo Pinheiro
Paulo Roberto dos Santos	Wellington de Oliveira Frota

